Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Documentos

Indabas 2014

Edição: 04 - ANO IV

Famílias

e

Diversidade Sexual

Centro de Estudos Anglicanos
Junta Nacional de Educação Teológica

DOCUMENTOS INDABAS 2014

© JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA

CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS – CEA

Coordenador Comunicação e Publicações
Dom Saulo Barros

Coordenadora de Formação Acadêmica e Curricular
Revda. Carmen Etel Alves Gomes

Coordenador Formação Permanente e Assessoria
Revdo. Pedro Julio Triana Fernández

Secretária Acadêmica
Mayara Silva Machado

EXPEDIENTE

André Musskopf
Claudio Corrêa de Miranda
Gilmar Zampieri
Lilian Conceição Lira

*** Todos os textos são de inteira responsabilidade dos autores**

Edição: 04 - ANO IV . Fev 2016

Projeto gráfico, Capa e Diagramação: Gibson J. Oliveira Costa

Disponível em: www.centroestudosanglicanos.com.br
e
www.issuu.com/

FALE COM A GENTE

Os **Documentos Indabas** são feitos para você, por isso gostariamos do seu comentário, dê sugestões, tire suas dúvidas e diga que assuntos deseja ver nas próximas publicações.

Caso queira participar da proxima edição, entre em contato conosco.

Centro de Estudos Anglicanos

Endereço: Av. Engenheiro Ludolfo Boehl, 278.
CEP: 91720-150 - Teresópolis. Porto Alegre/RS.
Fone: (51)3318-6122
E-mail: contato@centroestudosanglicanos.com.br
Site: www.centroestudosanglicanos.com.br

ÍNDICE

Documentos Indabas - 2014
Famílias e Diversidade Sexual

ARTIGOS

Síntese dos resultados do processo INDABAS sobre Famílias e Diversidade Sexual - 2014 Famílias e diversidade sexual — 6

Para discutir o tema famílias e diversidade sexual na Igreja
André Musskopept. — 10

Famílias e diversidade sexual
Gilmar Zampieri. — 20

Uma abordagem vidadologica de gênero sobre Famílias e Sexualidade
Lilian Conceição Lira. — 26

ANEXOS

Primeira Carta Pastoral dos bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana. — 36

Segunda Carta Pastoral dos bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana. — 38

Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana. — 39

Declaração da II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana. — 40

Carta Pastoral dos bispos da IEAB ao XXXII Sínodo Geral - Rio de Janeiro - novembro 2013. — 42

Introdução

Uma breve apresentação sobre o conteúdo desta publicação



Desde Lambeth-1888[1], com o início das discussões sobre a poligamia, a sexualidade humana tem sido um ponto de debate nas Conferências de Lambeth. Na resolução de Lambeth-1998 sobre a homossexualidade, refere-se a esta orientação sexual como "incompatível com as Escrituras". Nunca antes a Comunhão Anglicana havia estado envolvida num debate tão acalorado e acirrado. Em resposta a esse debate, a I Carta Pastoral dos bispos da IEAB 1997 afirmou: "... a sexualidade é um dom de Deus e que as relações sexuais, exercidas no contexto do amor e do respeito mútuo, não só devem ser aceitas, mas também consideradas como as coisas boas que Deus criou". Também que "a Igreja deve receber com amor pessoas de qualquer raça, cultura, classe social ou orientação sexual". E, finalmente, que "é necessário que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil inclua em seus programas educacionais estudos e orientações sobre a sexualidade humana, levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controvertida questão, para os seus eclesianos, livres de idéias pré-concebidas e na visão de uma sexualidade cristã sadia, possam assumir o dom da sexualidade no contexto da comunidade da fé e respeitar os outros". Posteriormente, exatamente 10 anos depois dessa primeira carta, a II Carta Pastoral dos Bispos da IEAB 2007, expressou: "Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Essa nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que "todos sejam um". Finalmente, "Nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressas as conclusões da I e II Consultas sobre Sexualidade Humana (2001/2004). Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos ao clero que aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenha instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações".

Em 05 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a validade da união civil entre pessoas de mesmo sexo. Os ministros concordaram de forma unânime em equiparar as relações homoafetivas às uniões estáveis. Em seguida, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece a Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conver-

1. Lambeth Conference 1998, Resolution I.10, Human sexuality, http://www.lambethconference.org/resolutions/1998/1998-1-10.cfm

são de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Com isso todos os cartórios do Brasil deverão celebrar essas uniões.

A partir dessas decisões, o regime jurídico de união estável previsto no artigo 1.723 do Código Civil como união entre homem e mulher passa a valer também para as uniões entre pessoas do mesmo sexo, assegurando dessa forma os mesmos direitos e deveres para todos. Foi ainda reconhecido que o não reconhecimento da união homoafetiva contraria preceitos fundamentais como igualdade, liberdade e o princípio da dignidade da pessoa humana, todos previstos no artigo 3o, inciso IV da Constituição Federal, que veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que nesse sentido ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual.

Em uma mensagem de resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 11 de maio de 2011, o então Primaz da IEAB, Dom Maurício José Araújo de Andrade expressou:

"Recebemos com serenidade a recente decisão unânime do STF sobre o reconhecimento jurídico das uniões estáveis de pessoas homoafetivas. Tal aprovação representa um importante avanço em nossa sociedade na busca pela superação de todas as formas de preconceito e um aperfeiçoamento no conceito de igualdade e cidadania numa sociedade marcada pela pluralidade, mas também por profundas desigualdades e discriminações". Acrescentou ainda Dom Maurício: "A decisão do STF levanta sérios desafios a todos os cristãos de todas as igrejas, pois requer abertura para reconhecer que as relações homoafetivas são parte do jeito de ser da sociedade e do próprio ser humano. A partir de agora, os direitos desse grupo tornaram-se iguais aos de todas as outras pessoas. Reconhecemos que há ainda muito que fazer nesse campo, pastoral e socialmente, para afirmar a dignidade da pessoa humana e seus direitos. Sabemos que um profundo e longo debate deve acontecer na sociedade brasileira a este respeito, e a IEAB não está isenta de nele participar, com profunda seriedade e compromisso de entender as implicações do evangelho de Jesus Cristo em nosso tempo e lugar".

Além de todos esses antecedentes, a Carta Pastoral dos Bispos ao XXXII Sínodo Geral da IEAB realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 14-17 de novembro de 2013, destacou os desafios teológicos, pastorais, canônicos e organizacionais referentes à questão da união de pessoas do mesmo sexo, manifestando que ao longo dos últimos anos, diversos materiais foram produzidos e que em duas vezes, por meio de cartas pastorais, se afirmou a legitimidade, seriedade e relevância pastoral do tema.

É oportuno registrar, ainda, que a IEAB tem mantido uma prática não discriminatória em relação à relação entre pessoas do mesmo sexo, permitindo-lhes pleno acesso às atividades eclesiais e eclesiásticas inclusive às sagradas ordens. Neste aspecto a nossa prática encontra-se mais avançada do que o nosso consenso teológico-doutrinário. Vale sublinhar que, no plano prático, a diversidade se nos afigura como um valor, que deve urgentemente ser incorporado ao nosso ideário e ao nosso discurso teológico-pastoral.

(Elaborado pela equipe do **CEA** e redigido pelo **Coordenador de Formação Permanente Revdo. Dr. Pedro Julio Triana Fernández** a partir da reunião da coordenação realizada em Porto Alegre, nos dias 24-26 de março de 2014, em consulta com a **JUNET**, **Bispo Primaz**, **CEXEC**, **Secretario Geral e Presidente da Câmara de Clérigos e Leigos**)

Síntese dos resultados do processo INDABAS sobre Famílias e Diversidade Sexual - 2014

1) Sintetizando

A **Igreja Episcopal Anglicana do Brasil** esteve reunida no ano de 2014 em três momentos para escutar e dialogar sobre "famílias e diversidade sexual". O **primeiro foi realizado em Curitiba - PR** nos dias 26 a 28 de setembro.



Foto Indaba Área II - Curitiba/PR, 26-28 de setembro de 2014
[+] em www.centroestudosanglicanos.com.br/portal/mural-cea/galeria/fotos/

O **segundo em Brasília-DF** nos dias 10 a 12 de outubro.



Indaba Área III - Brasília/DF, 10-12 de outubro de 2014
[+] em www.centroestudosanglicanos.com.br/portal/mural-cea/galeria/fotos/

Dom. Saulo Maurício de Barros



Coordenador de Comunicação e Publicações - CEA

Bispo da Diocese Anglicana da Amazônia, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Licenciado em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda e Teologia pelo Seminário Anglicano de Estudos Teológicos, Recife - PE.

Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade de Birmingham, Inglaterra.

Cláudio Corrêa de Miranda



Rev. Deão Catedral de Santa Maria

Agradecemos a Rev. Deão Cláudio Corrêa de Miranda pela elaboração inicial da síntese do INDABAS 2014.

Texto revisado e aprovado pela coordenação do CEA, em 06 de março de 2015.

E o **terceiro em Porto Alegre - RS** nos 21 a 23 de novembro.

Os três encontros com representações de leigos (as), clérigos (as) teve como propósito – além de escutar e dialogar – orar, meditar e discutir como processo de reflexão chamado de **INDABA** acerca desse tema tão importante e ao mesmo tempo desafiante para a Igreja.



Foto Indaba Área I - Porto Alegre-RS, 21-23 de novembro de 2014

[+] em www.centroestudosanglicanos.com.br/portal/mural-cea/galeria/fotos/

Esta escuta e diálogos se deram a partir da necessidade de ouvir as comunidades sobre um tema tabu na sociedade e na Igreja que é a união homoafetiva.

A maior preocupação nos encontros foi buscar caminhos de inclusão, visto que se vive num momento de transição histórica: por um lado aberturas de diálogos, por outro a extrema cultura conservadora. Por conta dessa dicotomia social, existem claramente influências desta sociedade que são refle tidas na vida eclesial.

A partir dessa mudança social e pela preocupação da Igreja em discutir assuntos como a questão da sexualidade e união de pessoas do mesmo sexo, pensa-se em dar uma resposta corajosa em que se reflita sobre as perdas e os ganhos em que sobrecarregará a vida da Igreja.

Essa resposta da Igreja tem como ponto de partida sua vocação. Qual é a vocação da Igreja? Entre outras que a identificam, não se pode deixar de lado a característica da inclusão. Enquanto houver na sociedade qualquer sinal de exclusão a Igreja deve reagir a todas elas como sinal de sua vocação. Da vocação à inclusividade, dá-se a resposta à vontade de Deus.

A inclusão, porém, pode culminar na exclusão de outros aspectos na vida da Igreja. É importante ter prudência diante da abertura em relação à união de pessoas do mesmo sexo. Corremos o risco de, ao incluir pessoas, a partir de tomadas de posições impositivas, podemos excluir outras. É coerente que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil promova discussões ("indabinhas"), que chegue à base, às mais variadas correntes do Anglicanismo, reunindo posições favoráveis e contrárias, para, enfim, desencadear soluções mais próximas da postura lúcida e madura em relação aos aspectos pastorais que a Igreja se compromete. Mas, é fundamental que isto seja feito de maneira democrática em que o peso maior seja respeitado. *"Há urgente necessidade da criação de vocabulários para tratar do tema das sexualidades e de que essas discussões cheguem de verdade às comunidades de base"*.

As discussões não podem ser realizadas de qualquer jeito, deve-se considerar embasamento teológico e bíblico para enriquecer tanto o aspecto positivo quanto o negativo desse diálogo. Pois, conforme opinião de um participante, o que foi dito, até agora, refletiu um papel apenas de militância.

Percebe-se ausência de material com maiores informações sobre a sexualidade humana, gênero e família; tais materiais são imprescindíveis às comunidades para que tenham em mãos o assunto melhor apresentado. Pois o tema é complexo e mexe com as estruturas do ser humano, independente da sexualidade.

Lembrando que, em se tratando de formação humano-cristã, existe a chamada "educação castradora" em que, de maneira geral, a sexualidade sempre foi assunto proibido, consequentemente a homossexualidade é, mais ainda, extremamente complexa.

Considerando a importância profética da Igreja, não se pode negar que tais discussões sobre a

diversidade sexual trazem à vida pastoral uma nova forma de aprender com o que o Evangelho nos provoca a ensinar: o combate às visões fundamentalistas cristãs que têm incentivado o ódio e a violência homofóbica. *"Temos de estar prontos para o desafio e expectativas pastorais que chegarão até nós e dar testemunho perante a realidade de violência contra pessoas LGBTs, diariamente vista em nossa sociedade"*. A Igreja, portanto, é portadora dessa profecia, pois lhe falta o discurso de aceitação e aplicação prática da inclusividade que já existe ao seu discurso.

É importante destacar que a Igreja Anglicana não faz acepção de pessoas, tão pouco as exclui por serem casadas ou não sacramentalmente. A maior dificuldade e tensão estão justamente no debate a respeito do sacramento do matrimônio. ***"Deve ficar mais clara a visão teológica do matrimônio na Igreja Anglicana: sacramento, rito sacramental, ou bênção?"*** É importante que haja entendimento claro, pois haverá um choque de valores e consequentemente mudanças culturais da aceitação ou não da união de pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, *"o casamento é mais uma questão cultural do que bíblica, o matrimônio na Igreja é algo posterior à realidade bíblica."* Há uma construção cultural e social maior e mais relevante. *"Não devemos subestimar as nossas comunidades, mas sim colocá-las como polos ativos no processo de construção dialogal das Escrituras"*. Pois, *"o tripé do anglicanismo (Bíblia – Tradição – Razão/experiência) deve nortear a nossa interpretação bíblica, o papel da Escritura deve ser a partir desse tripé. Lembrar que nós estamos inseridos numa Igreja que tem, inclusive, chaves de leitura próprias. Além de considerar o olhar amoroso e misericordioso de Deus"*.

É indispensável aprofundar o assunto sobre a diversidade sexual. Trata-se de um tema tabu, pois vivemos numa sociedade conservadora e preconceituosa e, por consequência, professamos uma fé fechada o tema da diversidade, pois se vê a sexualidade como um pecado e não se aceitam as pessoas que são homossexuais, rotuladas como "pessoas pecadoras". É preciso que haja conceituação sobre o que é pecado e que a homossexualidade não seja "uma pedra no caminho da Igreja". *"O debate é fundamental para a desconstrução de paradigmas e abertura à diversidade. O que vai ao encontro do Evangelho que proclamamos: Jesus acolhendo a todos"*.

Em relação ao acolhimento das uniões de pessoas do mesmo sexo, *"há muitos casos de aceitação na vida da Igreja. Mas nós que estamos à frente das comunidades, temos que nos afastar das posições extremadas. Deparamo-nos com muitos casos de pessoas que se descobrem homossexuais e que não são acolhidas em suas Igrejas. E a IEAB pode entrar com seu testemunho de uma Igreja acolhedora e fraterna"*.

"O tema de famílias e diversidade sexual tem se mostrado uma realidade que necessita ser discutida porque a sociedade e a Igreja estão vivenciando experiências relacionadas. Portanto, a IEAB discute este assunto não com o intuito de posicionar-se com uma decisão final, mas iluminar o seu povo, que aparentemente está vindo em busca da aceitação e inclusão de pessoas e famílias que não seguem o padrão heteronormativo". Porém, devemos ouvir e acolher, como parte da discussão, os pensamentos distintos dentro da Igreja, dando especial atenção ao diálogo com a juventude, que é, de fato, quem dará continuidade a esta Igreja.

A discussão sobre famílias e diversidade sexual não pode focar somente num lado que abrangeria as pessoas homossexuais, mas também as outras configurações familiares, visto que a pessoa humana é imagem e semelhança de Deus – homo e hétero – e a dimensão humana não se reduz ao gênero e/ou à orientação sexual, mas Deus nos vê como um todo. Esclarecer com lúcida compreensão e aprofundamento sobre a sexualidade humana é o ponto de partida para que se tenham conteúdos abrangentes e que existam de fato diálogos sobre a dimensão homoafetiva. *"Inclusão deve ser plena – entre héteros*

e homossexuais – mas não está acontecendo assim. Fala-se muito dos homossexuais, mas gênero e etnia não: há poucas mulheres bispas (no Brasil, nenhuma), poucos negros ordenados". As questões de gênero e sexualidade têm sido discutidas na Comunhão Anglicana desde 1970. Podemos dizer que, no Brasil, já estamos discutindo formalmente esses temas desde a década de 1980. Precisamos avaliar os resultados concretos dessas discussões na vida da Igreja. Esses temas precisam sair da invisibilidade e atingir as nossas comunidades em sua totalidade. Lembrando que estamos tratando de pessoas com suas vidas, cheias de dores e preconceitos.

Essa discussão levanta uma série de questionamentos para a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil:

- Como o assunto seria recebido nas comunidades?
- Como a IEAB lidará com as comunidades contrárias no caso de aprovação da bênção da união de pessoas do mesmo sexo?
- Como abordar o assunto à luz das Escrituras?
- Como será recebida a negativa do reverendo em celebrar o matrimônio homoafetivo?
- Como respeitar os direitos das minorias e, ao mesmo tempo, não expor os indivíduos envolvidos em relações homoafetivas?
- Será que as discussões que fazemos aqui são as mesmas que as comunidades estão fazendo?

2) Considerações finais

- VER

O que vemos, ouvindo nosso povo, a partir do tema proposto?

A **IEAB** é uma Igreja que acolhe, inclui e ouve seus membros. Em síntese, os três encontros sinalizaram uma maior abertura em dialogar sobre o tema das "famílias e diversidade sexual", conforme a síntese acima apresentada. Pelo que se percebeu nos INDABAS existe uma preocupação em não excluir as pessoas homossexuais, mas em discutir o assunto com coerência e prudência, levando em consideração a vida, a história e a caminhada da Igreja.

- JULGAR

A IEAB enquanto instituição divina promove a espiritualidade cristã considerando o tripé dessa espiritualidade: Bíblia – Tradição – Razão/experiência. A oração e a vida litúrgica da Igreja são indispensáveis para querer e buscar entender o que Deus quer de nós. E percebeu-se que a Igreja precisa enriquecer com mais conteúdo, seja teológico e bíblico, o assunto sobre "famílias e diversidade sexual" para que haja maior compreensão e que esses estudos cheguem à base – com linguagem simples e clara – afim de que o nosso povo tenha conhecimento do que, de fato, está sendo discutido no que se refere a este tema.

- AGIR

A IEAB é, por sua tradição e opção, uma Igreja inclusiva e atenta aos sinais dos tempos. É de sua natureza promover a justiça e a paz e, conforme sua história, sempre esteve à frente das demais comunidades cristãs no que tange a ações voltadas à reforma da vida cristã.

Dessa forma, a partir das discussões, percebeu-se que é fundamental que ela continue defendendo a vida das pessoas excluídas, oferecendo espaço de convivência, na luta pelos direitos das pessoas homossexuais e na promoção da diversidade, de tal forma que se observe as diferentes maneiras de viver a família (famílias) e que este assunto não se esgote. É de interesse dos participantes dos INDABAS que a questão da inclusão seja cada vez mais enriquecida e aprofundada e seja uma realidade na vida da IEAB.

Para esse propósito, é interesse dos participantes dos INDABAS o encaminhamento – pastoral, teológico, litúrgico e canônico - a todas as instancias provinciais, sobre a benção de pessoas do mesmo sexo. Finalmente, destaca-se como uma escolha feliz o lema motivador dos INDABAS: "**Todo o ser humano é precioso aos olhos de Deus**".

Para discutir o tema famílias e diversidade sexual na Igreja[1]

[1] André S. Musskopf

Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia



Teólogo, Professor da Cátedra de Teologia e Gênero do Programa de Pós-Graduação, Líder do Núcleo de Pesquisa de Gênero e Integrante da Coordenação do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST.

Autor de "Uma brecha no armário: Propostas para uma Teologia Gay" (CEBI, 2005) e "Talar Rosa: Homossexuais e o Ministério na Igreja" (Oikos, 2005).

Contato: asmusskopf@hotmail.com.

Questões relacionadas a famílias e diversidade sexual têm sido temas recorrentes na sociedade e na Igreja, pois dizem respeito a como cada grupo social, em seu contexto, se organiza e organiza as suas relações. Especialmente desde a segunda metade do século XX, considerando um conjunto de mudanças políticas, econômicas e culturais, a sexualidade tem sido tema de debate e embate e a configuração das famílias também passou por transformações. Não se trata de temas e questões simples, pois implicam a compreensão e reflexão sobre os processos que as tornaram tão centrais, bem como a forma como vieram a ser debatidas. O certo é que não será, da mesma forma, simples, discutir essas temáticas tão emaranhadas em questões políticas, culturais, históricas, econômicas e teológicas de várias ordens e que necessitarão ser respondidas para se possa assumir uma postura coerente não apenas dentro da Igreja, mas também no âmbito do diálogo ecumênico e diante da sociedade, na atualidade e para o futuro.

É importante considerar, desde o início, que essas questões são urgentes, pois implicam em situações de violência e morte vividas por inúmeras pessoas por conta da sua constituição familiar e sua forma de viver a sua sexualidade. As estatísticas sobre violência contra mulheres, doméstica, motivada por homofobia, as quais muitas vezes incluem assassinatos e formas cruéis de tortura, não permitem que as igrejas se mantenham alheias à discussão como se essas questões não lhe dizem respeito e não estão, de uma forma ou de outra, envolvidas nelas. Não se pretende aqui dar respostas acabadas, mas colocar questionamentos com os quais será necessário lidar caso se queira dar uma contribuição relevante e ser fiel ao Evangelho.

Do que estamos falando

A expressão "diversidade sexual" tem entrado no vocabulário dos debates sobre sexualidade e sua relação com os arranjos familiares recentemente. Também recentemente têm aparecido outros termos para falar de experiências diversas no campo da sexualidade. Pelo menos desde os anos 80 o termo "homoafetividade" tem aparecido aqui e ali, e mais recentemente em debates e decisões no âmbito do Judiciário brasileiro tem sido empregado nas questões que dizem respeito a "uniões homoafetivas"

e extensão de direitos civis a "casais homoafetivos". Em geral esse termo tem sido empregado para substituir o mais conhecido "homossexualidade", buscando retirar a ênfase de práticas no campo da sexualidade, deslocando a discussão para o campo da afetividade como forma de ampliar o debate e "desgenitalizar" as relações estabelecidas entre "pessoas do mesmo sexo", enfocando outros aspectos dessas vivências. Outros termos utilizados nesse debate são "homossexualismo", "homoerotismo", "homofilia". Também termos como lesbianidade, travestilidade, transexualidade, intersexualidade, bissexualidade, transgeneridade, são termos e questões que geralmente são colocadas sob o guarda-chuva dessa discussão, embora se refiram a questões diversas no campo das identidades e expressões de gênero e sexualidade. A própria heterossexualidade para além da sua configuração como suposta norma universal tem sido problematizada para mostrar que também esse conceito esconde uma diversidade de experiências e de configurações familiares a ela relacionadas.

Não menos importante é pensar sobre o significado histórico dessas experiências (pessoas e suas relações), como elas são nomeadas, significadas e valoradas em diferentes contextos para que não se incorra no erro de utilizar compreensões e terminologias equivocadas nas discussões e debates. Um termo (mais qualificativo que descritivo) usado em algumas discussões religiosas/teológicas para falar sobre certas práticas sexuais é "abominação" (do hebraico *toevah*) presente no Levítico e que provavelmente se refira a práticas de povos e religiões contemporâneas e vizinhas de Israel. Outro termo utilizado é "pederastia" que se refere a um contexto particular e a formas de relações específicas. A "pederastia" não apenas era aceita e comum na Grécia Antiga, mas era, em alguns casos, considerada uma forma superior de "amor".[2] É possível, também, que essa compreensão tenha sido comum entre Romanos, embora com significados e valorações distintas.[3] Isso talvez explique o fato de Paulo fazer referência a "mulheres que mudaram o modo natural de suas relações íntimas" e "homens que deixaram o contato natural, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade" (Rm 1.26-27) como pessoas que agem "contra a natureza" (do grego para *fusin*), referindo-se a essas práticas específicas entre gregos e romanos, como parece ser o caso da relação entre o soldado romano e o seu servo (do grego *paides*) em Mt 8.5-13.

É importante também referir alguns outros termos/conceitos e buscar entender o seu significado e aplicação. Um termo ainda em uso (inclusive em códigos penais de alguns países que condenam a "homossexualidade" como crime punível até com a pena de morte) é "sodomia" e/ou "sodomita". Esse termo/conceito construído em circunstâncias particulares e referindo-se a questões contextuais, passou a ser utilizado para falar de "relações entre pessoas do mesmo sexo" na Idade Média, por teólogos cristãos que buscaram estabelecer uma relação entre elas e a destruição de Sodoma com o objetivo de condenar práticas comuns, especialmente entre clérigos.[4] Em nenhum lugar antes (mais precisamente do século XI) "sodomita" significava mais do que alguém nascido em Sodoma e em nenhum lugar antes sua abstração - "sodomia" (como algo

2. Não é tão simples compreender, em nosso contexto, o que se entendia e o significado da "pederastia" entre os gregos. Com certa segurança se pode dizer que não se tratava de relações igualitárias, mas pressupunham uma relação de poder de um homem mais velho sobre um jovem, em geral considerado seu "aprendiz". Por outro lado, não se refere às mulheres e/ou escravos, mas apenas a "homens livres", o que implica, de saída, uma diferença social que pelo menos em teoria nos é estranha. (Veja: NISSINEN, Marti. *Homoeroticism in the Biblical world*. Minneapolis: Fortress, 1988. p. 57-69).

3. NISSINEN, 1988, p. 69-73.

4. JORDAN, Mark. *The invention of Sodomy in Christian Tehology*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

próprio de quem nasceu em Sodoma) - pode ser encontrada. Nem mesmo nas referências ao episódio dentro do próprio Cânon existe a relação entre a destruição da cidade e práticas sexuais. Trata-se de termos/conceitos criados num contexto específico para falar de relações específicas – podendo ser associada à ideia de "estrupo coletivo" (que é o significado atribuído à intenção dos homens de Sodoma ao irem até a casa de Ló e pedir para que lhes fosse dado a "conhecer" os estrangeiros hospedados em sua casa).

Não menos importante para se pensar o significado, valor e forma das identidades e relações em debate são as referências a outros povos, culturas e religiões. Nesse caso, seria necessário ver, por exemplo, como essas relações são vistas entre diversos povos nativos de várias épocas e geografias, como povos indígenas norte-americanos e latino-americanos, povos africanos ou mesmo na Europa, Ásia e Oceania.[5] Mas, fundamental para chegar a uma ideia sobre a que se refere a expressão contemporânea "diversidade sexual", é entender o processo desencadeado no século XIX quando, na esteira da construção do que se determinou chamar de "Modernidade", as ciências médicas e biológicas passaram a devotar atenção especial a essa temática. Para além das questões políticas, econômicas, culturais (que também influenciam diretamente na produção do conhecimento nesse período), os estudos desenvolvidos no âmbito das ciências médicas e biológicas (muitas vezes dentro de uma perspectiva higienista[6]) fizeram emergir um novo termo/conceito ligado a compreensões muito particulares sobre essas questões. Embora outros termos/conceitos/teorias tenham sido veiculados nesse contexto (como uranismo, safismo) nenhum deles se tornou tão popular como o termo "homossexual" usado pela primeira vez na literatura médica em 1869. Trata-se do que ficou conhecido como processo de "medicalização" da homossexualidade (e da sexualidade como um todo).[7]

Essa terminologia (e as conceituações nela implicadas) ainda hoje influencia na compreensão sobre as relações dentro da perspectiva da "diversidade sexual", especialmente quando se entra na discussão sobre a possibilidade de "cura" ou "reorientação sexual" de pessoas não-heterossexuais. Ainda assim, a partir dessa nova configuração (linguística e conceitual/valorativa) das relações "eróticas, afetivas e sexuais" entre pessoas do mesmo sexo, e também a sua relação com as distintas formas de construir e significar as identidades de gênero, um movimento social se formou, passando a reivindicar espaço na sociedade e respeito a suas experiências na forma do reconhecimento de direitos civis. Por outro lado, para além das ciências médicas e biológicas, estudos em diversas outras áreas (particularmente sociologia e antropologia) colocaram outras questões para a significação das identidades, relações e conceitos utilizados para se referir a elas.

Dessa forma veio a falar-se de diversidade sexual considerando três aspectos implicados na construção das identidades e experiências das pessoas nesse campo. Por um lado está o "sexo" da pessoa, considerado como "dado biológico" que diz respeito à constituição cor-

5. Alguns exemplos podem ser encontrados em FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

6. Não é possível esquecer que dentro da perspectiva higienista do regime nazista, também homossexuais foram assassinados nos campos de concentração. É interessante notar, como em outros casos, que essa punição era aplicada apenas a homens que tinham relações com outros homens, enquanto considerava-se que as mulheres continuavam sendo "úteis" uma vez que estavam aptas a "reproduzir" (veja HEGER, Heinz. *The men with the pink triangle*. New York: Alyson Books, 1980).

7. GREENBERG, David. F. *The construction of homosexuality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

poral, física e tudo o que ela envolve. Além disso, “gênero” passou a ser usado como categoria de análise para refletir sobre todas as formas pelas quais esse corpo é feito para significar socialmente (dado social), incluindo as maneiras tradicionais pelas quais as pessoas são identificadas como “masculino” ou “feminino”. Por fim, no âmbito da “sexualidade”, entendida como “dado relacional” discute-se questões relacionadas a desejo e práticas sexuais que tanto estão relacionadas como independem de questões de sexo e gênero. Assim, a expressão diversidade sexual designa as múltiplas formas (inclusive a heterossexualidade) de construir as identidades e experimentar as relações considerando a própria diversidade no âmbito do sexo, do gênero e da sexualidade, e das maneiras como esses aspectos se relacionam na vida de cada pessoa.

Embora seja possível pensar que relações “eróticas, afetivas e sexuais” entre pessoas do mesmo sexo e formas diversas de vivenciar a sexualidade e de construir identidades de gênero, façam parte da história da humanidade, é necessário entender como elas são significadas e valoradas em cada contexto no emaranhado de relações políticas, econômicas, culturais e religiosas. Particularmente no contexto atual, será fundamental perguntar de quais pessoas reais e concretas estamos falando, como vivem, onde estão, que tipo de relações estabelecem e quais os significados e as implicações éticas dessas experiências no âmbito das diversas formas de famílias existentes e para a vida em sociedade e na Igreja.

O papel da(s) “ciência(s)”



A discussão realizada no item anterior revela uma falta de consenso, tanto no que diz respeito aos termos/conceitos implicados nessa discussão quanto às teorias desenvolvidas acerca deles. Isso significa que essas questões estão em disputa em vários espaços (inclusive no âmbito do conhecimento científico), como, aliás, sempre estiveram. A emergência do que veio a determinar grande parte das discussões contemporâneas sobre essas temáticas se deu justamente no contexto da emergência de uma forma de compreensão da ciência ou, de forma mais ampla, da produção do conhecimento. A ciência Moderna, marcada pela objetividade, mensurabilidade, neutralidade, colocou algumas questões importantes para o estudo e a pesquisa dos mais diferentes objetos, mas também tem sido amplamente questionada em vários aspectos por correntes teóricas de várias áreas (filosofia, história, sociologia, antropologia, psicologia, teologia etc.).

Embora em estudos e discussões das décadas de 1970 e 1980 predominava (e em alguns casos ainda predominam) a busca por uma resposta “científica” sobre a homossexualidade e as várias formas de viver e construir as identidades sexuais e de gênero, essa pergunta hoje precisa ser considerada dentro de um quadro muito mais complexo do que se entende por “ciência(s)”. Várias

teorias "científicas" sobre essa questão (inclusive muitas delas iniciadas e desenvolvidas no século XIX como visto acima) foram problematizadas e questionadas no contexto de suas próprias disciplinas. A ênfase em respostas médicas, biológicas e psicológicas, deu não apenas espaço para respostas construídas em outros campos do saber, mas suas próprias teorias foram relativizadas e tiveram que ser revistas diante de outras variáveis colocadas em questão.

No campo da biologia, por exemplo, a aparente "estabilidade" oferecida por uma interpretação naturalista não pode mais ser sustentada sem questionamento. Estudos com outras espécies, por exemplo, mapearam a existência de relações entre indivíduos do mesmo sexo entre as mais diversas espécies.[8] O argumento de que essas relações não são "naturais", no sentido de que contrariam as leis da "natureza" (considerada como dada e estática, com leis rígidas e imutáveis), não pode mais ser simplesmente assumido como definitivo, uma vez que parece ser "natural" que alguns indivíduos em todas as espécies mantenham relações com indivíduos do mesmo sexo.

Já no campo da medicina e da psicologia o debate não tem sido menor. Grande parte das teorias desenvolvidas em torno do papel da educação e do meio, incluindo os papéis desempenhados pelas figuras de pai e mãe, separação e divórcio de casais, existência de gêmeos e outras relações familiares, a relação com violência sexual sofrida, até questões hormonais, endocrinológicas e genéticas (e, mais recentemente, pesquisas sobre a constituição do cérebro) foram sistematicamente derrubadas como respostas únicas e definitivas sobre a orientação sexual e identidade de gênero de um indivíduo. Nenhum estudo estatístico dá conta de comprovar ou explicar porque existem pessoas que vivem sua sexualidade de uma forma diversa do que se convencionou chamar (a partir de 1879) de heterossexualidade. O fato é que há amplo reconhecimento de que não há nada de patológico e doentio acerca dessas construções identitárias e das relações estabelecidas a partir delas, particularmente por organismos nacionais e internacionais como a Associação Americana de Psiquiatria (1973), Organização Mundial da Saúde (1990), Conselho Federal de Psicologia do Brasil (1999) – para citar alguns exemplos. Também é fato que ainda existem estudos e pesquisas que buscam derrubar essa compreensão, mas nenhuma tem tido reconhecimento no meio acadêmico e científico, incluindo a possível influência negativa no desenvolvimento de crianças que crescem em lares homoparentais.

Não obstante, estudos e pesquisas realizadas em outras áreas, muito mais do que se ocupar com as possíveis "causas", revelam aspectos da vida das pessoas dentro da perspectiva da diversidade que precisam ser consideradas no debate. Inúmeros estudos e pesquisas historiográficas, por exemplo, têm evidenciado as várias formas de compreensão e valoração de pessoas homossexuais e suas relações como visto acima, mostrando que o sexo (biológico), o gênero (papéis sociais) e a sexualidade são construídos de maneiras diversas em diferentes contextos por uma variedade de motivos, exigindo, em cada contexto, uma avaliação e debate sobre tais construções.[9] O mesmo vale para áreas como sociologia e antropologia que têm descrito e discutido a diversidade sexual a partir de suas múltiplas formas e significados, ou mesmo da literatura (inclusive bíblica), da economia, da política e da teologia.

_____

8. BAGEMIHL, Bruce. *Biological exuberance* – Animal homosexuality and natural diversity. New York: St. Martin's Press, 1999.

9. LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo* – Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Essas questões não são menos relevantes quando se pensa no tema das "famílias", também usado de forma naturalizada a partir da (falsa) ideia de um modelo transhistórico (e sagrado) de família.[10] É sabido que os modelos de famílias e as formas de estruturar as relações têm variado historicamente, mesmo no contexto da Bíblia e da Teologia Cristã. Fatores econômicos, políticos, culturais e religiosos determinam as formas que constituem os arranjos familiares e sua valoração social. A Modernidade, e tudo o que está implicado nesse conceito, também tiveram um impacto sobre as famílias (suas estruturas e relações), fazendo emergir, por exemplo, o modelo de família nuclear com amplo suporte da medicina higiênica e o afirmando a ponto de fazê-lo parecer natural.[11] A realidade atual, no entanto, aponta para uma ampla diversidade de arranjos familiares, reconhecidos legalmente e em políticas públicas em todos os âmbitos e discutidos em vários estudos e pesquisas.[12]

A pesquisa científica, sem dúvida, é um elemento importante para a reflexão teológica sobre diversidade sexual, no sentido de ajudar a entender as questões envolvidas na forma como as pessoas constroem suas identidades e vivem suas relações. A resposta, no entanto, nunca será única ou unívoca e será necessário fazer escolhas e posicionar-se também nesse amplo universo de construção política, econômica e cultural.

Bíblia e tradição – Teologia

Uma das questões centrais que tem ocupado os debates acerca da diversidade sexual nas Igrejas é a leitura bíblica. Não poderia ser diferente já que se trata de Sagrada Escritura. Aliás, todas as grandes polêmicas e grandes questões (basta pensar na relação com governos e envolvimento em guerras em diferentes períodos históricos ou em temas como o escravismo e a opressão e exclusão das mulheres) nas quais o Cristianismo tem estado envolvido estão relacionadas com a leitura e interpretação de determinados textos bíblicos. Não há dúvida de que, em todos esses e outros temas, houve divergências e mudanças na interpretação e na forma com que a Igreja passou a lidar com eles. Sua compreensão e sua aplicação também tem sido fruto de debate, principalmente com o desenvolvimento das ciências bíblicas de modo específico e no campo da hermenêutica de modo geral.[13]

Seja como for, a discussão do tema da diversidade sexual a partir da leitura bíblica também carecerá de uma discussão e reafirmação da sua compreensão no âmbito da Igreja. Já há bastante consenso de que a distinção entre "leitura literal" e "interpretação" é equivocada, uma vez que já a simples tradução dos textos originais implica em escolhas valorativas e conceituais no campo da linguagem, sem contar questões de contexto da formulação, transmissão, redação, destino e intencionalidade dos textos que compõem a Bíblia. Por isso, os princípios que norteiam a leitura e avaliação dessas questões deverão ser explicitados, bem como observada a coerência teórica e metodológica usada em outros temas não menos polêmicos e nos quais a Igreja é chamada a dar testemunho público, para suas comunidades, para o mundo ecumênico e para a sociedade.

———————————

10. THERBORN, Göran. *Sexo e poder* – A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

11. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

12. GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

13. BRAKEMEIER, Gottfried. *A autoridade da Bíblia* – Controvérsias – Significado – Fundamento. São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 2003.

Do contrário, sua própria credibilidade estará em jogo.

Uma linha de argumentação no âmbito da discussão bíblica sobre a homossexualidade, por exemplo, fundamenta sua posição em seis passagens bíblicas, em geral defendendo que seria uma experiência contrária à vontade de Deus para a humanidade. Em primeiro lugar, será necessário definir do que tratam essas passagens (a que tipo de identidade e relações se referem), uma vez que a simples transposição do termo homossexualidade para a Bíblia seria anacrônica, visto que esses termos e as identidades e relações a que se referem são fruto dos conhecimentos produzidos apenas a partir da segunda metade do século XIX (e outros ainda mais recentemente). E, ainda que se considere que seja possível estabelecer uma identificação entre as experiências contemporâneas e aquelas referidas na Bíblia, em geral fundamentadas simplesmente na genitalidade dessas relações e não em todas as questões políticas, econômicas, culturais e subjetivas nelas envolvidas, diversas outras questões têm sido levantadas por exegetas e biblistas e precisam ser levadas em conta.

No Antigo Testamento, faz-se referência à narrativa que explicaria os motivos para a destruição de Sodoma (Gn 19.1-11) e duas leis do livro do Levítico (Lv 18.22 e 20.13). No caso de Sodoma, não é possível ignorar toda a violência envolvida na narrativa (dos homens que vão à casa de Ló para "conhecer" os homens hospedados em sua casa bem como do oferecimento das duas filhas, virgens, em substituição pelo próprio Ló), assim como os caminhos estranhos de resolver as questões colocadas pela narrativa. Já se viu que a relação entre homossexualidade e a narrativa de Sodoma foi construída apenas na Idade Média, pois inclusive as referências a essa narrativa dentro da própria Bíblia não mencionam nada que tenha a ver com sexualidade, mas com a falta de hospitalidade, ganância, falta de cuidado com órfãos e viúvas. As principais questões envolvidas na discussão desse texto (no que diz respeito à homossexualidade) referem-se à tradução do termo "conhecer" (do hebraico *yada*) como sinônimo de "manter relação sexual" e à relação estabelecida entre uma possível intenção de estupro coletivo por parte dos homens da cidade com relação aos homens/anjos hospedados na casa de Ló. Há que se perguntar, portanto, qual a possível relação entre a narrativa e, mesmo pressupondo a intenção de relações sexuais por parte dos homens da cidade, de que forma essa experiência se relaciona com a homossexualidade no século XXI. É possível explicar a experiência de homens homossexuais na contemporaneidade através da ideia de estupro coletivo?

As leis do Levítico que qualificam "um homem que se deita com outro homem como se fosse mulher" como "abominação" e como crime punível de morte também são mencionadas nesse debate. Como conjunto de leis que compõem o Código Sagrado, há muitas questões a considerar quando se entra no universo desse livro e sua relação com a homossexualidade. Uma delas é a distinção feita ao longo da história da Igreja e contemporaneamente entre diferentes leis, ignorando algumas e mantendo outras (por exemplo: comer peixes que não tenham escamas e barbatanas - Lv 11.10-11 – também considerado uma "abominação"). A própria aplicação da pena de morte (prevista para vários outros casos no Levítico, inclusive para o adultério) tem sido avaliada de forma diversa no Cristianismo (com grande contrariedade na atualidade). Nesse sentido, há que perguntar-se por quais leis previstas seguem sendo válidas, por quais motivos e com quais justificativas. Além disso, a principal questão levantada com relação ao Levítico é a relação que estabelece entre "pureza" e "impureza" e sua aplicabilidade na atualidade, principalmente no que diz respeito à definição da identidade de um povo em oposição a outros povos. Isso significaria que mais do que questões éticas ou morais, o Levítico procura responder à criação de uma identidade religiosa distinta, indi-

cando que mais do que pecado ou injustiça os textos mencionados tratariam de ofensas rituais. Além disso, é preciso lidar com a questão de que Jesus e o Novo Testamento questionam tal distinção (entre pureza e impureza).[14] Uma leitura que se pressupõe "literal" no contexto do Levítico enfrentaria grandes dificuldades para cumprir as classificações (por exemplo, como "abominação") e as penas previstas.

Talvez o texto mais utilizado para afirmar que a homossexualidade é contrária à vontade de Deus seja o texto de Rm 1.26-27. Um dos motivos é que esse é o único texto entre os seis em debate que menciona mulheres. Há vários questionamentos aí também. Por que não há outros textos que mencionam mulheres que têm relações com mulheres se se quer que essa seja uma questão tão fundamental para a fé e a vida na Igreja e na sociedade? Por que não há nenhuma menção ao tema em todos os evangelhos (a não ser a possível apresentação de um pederasta como exemplo de fé por Jesus – Mt 8.5-13)? Afirma-se, também, que a homossexualidade seja mencionada nas listas de 1 Co 6.9-10 e 1 Tm 1.9-10, onde além do contexto das comunidades destinatárias das cartas de Paulo, há que se considerar questões de tradução.

No caso de Rm 1.26-27, as principais discussões estão em torno da expressão "contrário à natureza" (do grego para *physin*). Embora seu significado pareça evidente, a ideia de "natureza" precisa ser compreendida dentro do universo linguístico e conceitual de Paulo, inclusive na sua relação com o tema da "pureza" e "impureza" do Antigo Testamento (expressa na diferença entre *akatharsia* – v. 24 – e *adikia* v. 28). Isso explicaria, por exemplo, porque Paulo se refere ao uso de cabelo comprido por homens como um ato "contrário ao que a natureza ensina" (1 Co 11.14). No caso de 1 Co 6.9-10 e 1 Tm 1.9-10 observa-se o mesmo problema com relação ao uso de termos gregos que, nesse caso, não aparecem em nenhum outro texto bíblico. Trata-se dos termos *malakoi* e *arsenokoitai*, literalmente "mole, macio" e "aquele que se deita com homens" cuja tradução tem variado enormemente, sendo possível encontrar traduções que falam de "masturbadores, homossexuais, sodomitas, molestadores de crianças, pervertidos, pessoas de hábitos infames, efeminados, efebos, meninos prostituídos" – termos e expressões que se referem a questões muito diferentes entre si. O debate em torno desses termos e conceitos é grande e as opções nem sempre parecem estar fundamentadas em análises criteriosas, mas em pressupostos e ideias preconcebidas.[15]

Sem dúvida há outras questões a considerar na discussão sobre homossexualidade e diversidade sexual no que diz respeito à Bíblia. As alusões a narrativas que reconhecem e valorizam as identidades e relações entre pessoas do mesmo sexo, como Davi e Jônatas (aliás, Davi sendo elevado como grande rei e modelo de fé "apesar" de sua vida sexual bastante heterodoxa e até questionável) e Rute e Noemi (sendo Rt 1.16-17 um dos textos mais usados em bênçãos matrimoniais) ou mesmo as referências aos "eunucos" (Mt 19.12; At 8.26-40) entram também nessa discussão. De maneira mais ampla, no entanto, será necessário discutir o significado da sexualidade e sua vivência e valoração dentro do cânon bíblico e nas teologias formuladas desde então.

_____

14. Veja COUNTRYMAN, William L. Dirt, greed and sex – Sexual ethics in the New Testament and their implications for today. Philadelphia: Fortress, 1990.

15. Veja HELMINIAK, Daniel. O que a Bíblia realmente diz sobre homossexualidade. São Paulo: Summus, 1998, para uma introdução sobre esse debate.

Há uma ampla produção bíblico-teológica por parte de teólogas feministas, teólogos/as da libertação, teólogos/as gays e lésbicas, bem como dos grupos e movimentos internos às próprias igrejas sobre essas questões. Não é possível ignorar, também, as discussões e posicionamentos tomados pelas chamadas "igrejas inclusivas", as quais seguramente também são frequentadas por pessoas de diversas tradições que não se sentem acolhidas nas "igrejas tradicionais".

Todas essas questões apontam para o fato de que qualquer resposta ou posicionamento ao tema da diversidade sexual a partir da Igreja não poderá fugir a todas essas questões colocadas, fundamentando-se apenas em opiniões pessoais de pessoas ou grupos. Será necessário um diálogo fraterno e sincero e um aprofundamento e estudo cuidadoso para que se garanta a coerência ao Evangelho, tão caro para a tradição da Igreja e central para a compreensão bíblica e teológica.

Igreja e atuação pastoral

A pergunta pela questão das famílias e da diversidade sexual também é uma pergunta pastoral. A existência e, mais do que isso, a visibilidade de pessoas com identidade ou relações diversas da heteronormatividade têm se tornado comum nos mais diversos âmbitos de interação social. A organização de grupos e movimentos (inclusive dentro das igrejas), o reconhecimento de direitos civis, os dados estatísticos e estudos em diversas áreas do conhecimento (inclusive no campo da medicina e da biologia) têm questionado e derrubado noções às vezes até fantasiosas sobre a realidade vivida pelas pessoas no seu cotidiano, inclusive no campo da teologia e da atuação pastoral. Sua presença nem mesmo pode ser ignorada no interior das igrejas, seja como membros/as ordenados/as. Muitos bros, lideranças e até ministros com hábitos obscuros, é preciso mais do que pessoas estranhas bros valiosos de nossas comunidades, lidar com o fato de que são pais, mães, filhos, filhas, familiares e amigos/as com os/as quais convivemos rotineiramente, embora nem sempre tenhamos consciência disso.



Aí está a primeira pergunta que precisará ser respondida. O que temos a dizer, por exemplo, aos membros de nossas igrejas que se identificam como homossexuais sobre o seu lugar na Igreja? De que forma vamos lidar com suas perguntas, anseios e dúvidas mais profundas ou com suas identidades e relações? Vamos esperar que permaneçam ocultos para não ferir a sensibilidade de alguns/as e não provocar discussões e debates que outros/as têm medo de enfrentar? Vamos pregar de nossos púlpitos e em nossas conversas pastorais que são pessoas "em pecado", "pervertidas", "desordenadas", que agem contra a vontade de Deus e devem se arrepender e converter-se por causa de sua identidade e suas relações? Vamos sugerir que procurem apoio psicológico/terapêutico para "reorientar" a sua sexualidade? Que tipo de peso e pressão estamos colocando sobre essas pessoas, suas famílias e amigos/as no contexto da vida em comunidade em nossas igrejas? De que forma essa postura influencia tanto na auto-depreciação que pode levar ao suicídio, quanto na violência cometida diariamente, inclusive na forma de assassinato, em números alarmantes contra essas pessoas, membros de nossas comunidades? Quais os

custos de posturas e posicionamentos dúbios e pouco fundamentados para a vida de nossos/as irmãos/as?

A outra pergunta está relacionada às pessoas que não são membros de nossas igrejas, mas cidadãs com as quais compartilhamos a mesma nacionalidade, que estão sob as mesmas leis e cujas vidas são marcadas pelas mesmas questões políticas, econômicas e culturais que as nossas. Qual será o testemunho público da Igreja nas questões que dizem respeito a pessoas homossexuais, sobre a diversidade sexual e sobre as diversas formas de família? Afirmar simplesmente que as questões políticas não nos dizem respeito, mas apenas as questões espirituais, ou a nossa prática eclesiástica, onde podemos dizer e fazer o que quisermos? Interferir no reconhecimento dos direitos constitucionais e humanos dessas pessoas apoiando a restrição desses direitos ou defendendo o seu reconhecimento amplo e irrestrito? De que forma os nossos discursos e práticas vão influenciar as dificuldades e violências enfrentadas por essas pessoas em sua vida? Será possível considerar evangélico um discurso e uma prática que “amam o pecador” e “condenam o pecado”, negando a experiência dessas pessoas em uma esfera tão íntima e pessoal quanto a sexualidade e endossando a exclusão, marginalização e violência cometidas contra elas?

A espera e/ou busca por consensos (nas ciências ou na vida comunitária) cobra seus custos na vida de pessoas reais e concretas com as quais convivemos e não estereótipos ou imaginações. Não é por acaso que muitos membros deixam a Igreja e outros tantos não se achegam na busca por acolhimento, compreensão e cuidado. A negação de suas identidades e relações de maneira direta ou a sua invisibilização de maneira sutil colocam em questionamento a ideia de uma igreja para todas as pessoas e, em alguns casos, até mesmo a sua fé.

Todas essas são perguntas e desafios que precisarão ser tomados em conta na discussão sobre famílias e diversidade sexual no contexto da Igreja, para que não sejamos levianos/as, mas fieis a Jesus Cristo e ao Evangelho apresentado em sua vida e ação.

Famílias e Diversidade Sexual[1]

[1] Gilmar Zampieri



Mestre em Teologia pela pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Frei Capuchinho. Professor de teologia na ESTEF (Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana) e professor de Ética e Direitos Humanos no UNILASALLE – Canoas.

Autor de artigos como: *"Apontamentos sobre Imortalidade, Ressurreição, Reencarnação.* Cadernos da ESTEF, v. 1, p. 101-104, 2009." e BERNARDI, José. (Org.) . EM QUE EU CREIO: *Homenagem a Frei Adelino Pilonetto*. Porto Alegre: ESTEF, 2008. v. 1. 348p.

Contato: gilpieri@hotmail.com

Introdução

Aceitei o convite do **Bispo Humberto Maiztegui**, não na condição de defensor militante, mas de um possível sintetizador dos principais argumentos contrários ou das interrogações que persistem e resistem à causa homossexual (no conjunto do debate em torno da família e diversidade sexual). Uma espécie de advogado do diabo, portanto.

Em nosso tempo ainda persistem resistências à mudança de paradigma e essas resistências, para serem vencidas, necessitam passar pela argumentação e pela compreensão. Não parece ser razoável afirmar, de imediato, que a postura contrária à causa homossexual seja, necessariamente, preconceituosa e homofóbica. A parte contrária também tem bons argumentos. É prudente, pois, escutar as argumentações para que o debate e o diálogo prevaleçam. Apesar do bom argumento, numa questão tão complexa, não ser suficiente ou o único guia para as decisões, ainda é uma prerrogativa elementar para posicionamentos com razoável segurança, pois a verdade que a tudo ilumina ainda deve ser o horizonte de todo pensamento, assim como o Bem deve ser o horizonte de toda ação.

Na minha percepção, cinco são os argumentos contrários ou resistentes (um argumento de fundo e quatro argumentos a ele conectados) que merecem ser levados em conta e que, eventualmente, precisam ser enfrentados, aceitos ou refutados, por quem pensa desde a perspectiva de inclusão de direitos dos homossexuais ou de direitos de cidadania de novos arranjos familiares, ou entidades familiares. Nem todos os argumentos são do mesmo nível e peso, mas todos eles parecem estar conectados e, até, um subordinado ao outro.

Argumento e contra argumento, numa comunidade real de comunicação, em vista do ideal a ser alcançado, coloca-se como o melhor procedimento para uma filosofia e teologia discursiva com propósitos práticos. Nesse particular, é louvável a iniciativa da Igreja Anglicana e, nesse momento histórico, com o Papa Francisco, a própria Igreja Católica se debruça sobre esse que, por mais algum tempo, vai ser um dos temas a merecer nossos esforços intelectuais de compreensão e decisões pastorais.

CINCO ARGUMENTOS:

1- FAMILIA É UNIDADE DO NÃO IGUAL, DO DIVERSO (PRESSUPOSTO)

2- O ARGUMENTO DA NATUREZA- ONTOLÓGICO

3- O ARGUMENTO SOCIOLÓGICO

4- O ARGUMENTO ÉTICO

5- O ARGUMENTO TEOLÓGICO- RELIGIOSO

1º UM CONCEITO DE FAMÍLIA: Família é unidade do não-igual, do diverso, que no amor se sustenta e sustenta a espécie humana

O pressuposto para pensar a questão da homossexualidade e suas demandas é situá-la desde um horizonte maior, ou seja, desde o horizonte da família.

Nesse contexto postulam-se vários conceitos e modalidades de família e é certo que não há só um, mas o que guia o argumento conservador, que nesse espaço exponho, para efeito de entendimento, é de que família é uma unidade (seja nuclear de pai-mãe-filhos, seja ampliada de avós, pais, tios, padrastos, madrastas e prole) em que o vínculo de amor se dá entre diferentes (no sexo e no sangue, isto é, entre um homem e uma mulher e não do mesmo sangue (próximo parental até o terceiro grau) formando uma unidade de afeto, amor, sangue e filhos (*Sem filhos, próprios ou adotivos, não se pode pensar objetivamente em família*).

Esse conceito de família como unidade de não-iguais, de *naturalmente diversos*, tanto no parentesco (sangue) quanto do sexo (no sentido biológico) em vista dos filhos para a espécie, parece-me fundamental ser pensado, aceito ou criticado, para quem postula aceitação e defesa de direitos públicos de entidades familiares não convencionais. As uniões de fato, fora desse padrão, são consideradas, pelo argumento conservador, acima exposto, como desordenadas e patológicas.

A questão fundamental, para os que postulam a normalidade de novos arranjos familiares, será exatamente mostrar que essas uniões não são patológicas, mas simplesmente diferentes, ou variantes minoritárias do padrão, mas com igual direito de cidadania.

Eis aí o primeiro argumento, uma espécie de pressuposto e, por ser um pressuposto, será preciso aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, para que novas possibilidades de união possam vingar efetivamente.

De qualquer forma, o conceito exposto restringiria, limitaria e até proibiria elevar o vínculo homossexual ao estatuto de casamento e de entidade familiar, a meu ver, se interpreto bem, por quatro razões.

2º ARGUMENTO DA NATUREZA – RAZÃO ONTOLÓGICA

O que, geralmente, evoca-se como sendo natural, é a união entre um homem e uma mulher. A natureza faz, biologicamente, macho e fêmea e, raramente, hermafrodita sem gênero definido. Como a natureza não é caótica, as exceções só confirmariam a regra.

Qualquer outra união que não seja entre um homem e uma mulher, diz-se, que é "não natural" e somente o casamento heterossexual é uma *unidade do diverso* verdadeiramente, por ser natural.

O conceito de não-natural é bastante vago, mas parece ter três significados possíveis quando os conservadores o evocam.

a) Do ponto de vista da **estatística**. Nesse sentido o não-natural significa não ser compartilhada pela maioria das pessoas. A homossexualidade, nesse sentido não é natural, por maior que seja o número, ainda continua uma minoria e uma exceção à regra. Esse argumento na perspectiva conservadora vai reforçar a concepção de que essa minoria não pode ser elevada à pretensão de normatividade. O que todas as sociedades tomaram como normal é de que o incomum (minoria) é uma a-nomalia, disfunção que não pode pretender ser normativo.

b) Um segundo sentido do não-natural está ligado ao **propósito** das coisas. Tudo parece ter um propósito e a natureza ou Deus não faz nada por acaso. O propósito do olho é ver, do coração é bombear o sangue, da escola é educar, do estado é ajudar a um povo fazer a sua história etc. Da mesma forma, o propósito do afeto, do amor e das genitálias é a procriação. O propósito das genitálias é o sexo e o propósito do sexo são, em última instância, os filhos. O sexo só cumpre o seu propósito quando dentro do propósito último e final que é a procriação. Fora da relação heterossexual, em vista da procriação, o sexo e o amor seriam sem propósito, isto é, giraria em torno de si mesmo, sem transcendência, esgotando-se em si mesmo e, por isso mesmo, incompleto e deficiente.

c) Natural ainda parece significar o que é **bom** que aconteça, o certo a acontecer, o normal que aconteça ou o que *deve ser*. Nesse caso o natural tem uma conotação moral, isto é, o natural seria uma norma do *dever ser*. Ou, dito de outra forma, o que é natural é bom, o que não é natural não é bom, é mau e deve ser evitado.

Eis aí o argumento de não-natural.

3º ARGUMENTO SOCIOLÓGICO

O argumento conservador diz nesta dimensão que a norma só pode ser a família de pai-mãe e filhos e que a homossexualidade deveria ser tolerada, porém não recomendada e aceita como normal-legalizada pelos problemas de ordem social que causaria. Alguns desses problemas:

1- A normalidade, dada pela legalidade, obrigaria a todos a aceitar a exceção como regra de tal forma que se alguém se opusesse poderia ser punido. Estaríamos então numa ditadura da minoria.
2- A legalidade incentivaria e promoveria um comportamento que nada tem de errado se for

privado, mas que implica em erro social se for universalizado, porque colocaria a espécie em perigo.

3- Se for aceito o comportamento e afeto particular e minoritário como normal, então se abriria caminho para um avanço perigoso na conquista de outros direitos que outras minorias poderiam pretender ver garantidos (quem sabe casamento entre três ou mais pessoas? Quem sabe com animais? Quem sabe com menores desde que com consentimento dos pais e sem lhes causar dano?...). Neste caso, a ponderação se dirige para a relação entre necessidade e desejos. Os direitos não podem ser constituídos senão pelas necessidades. Se os desejos forem o guia dos direitos então abrir-se-iam precedentes que levariam para uma espécie de *mal infinito*.

4- A família (pai-mãe-filhos) é o "sujeito portador" da vida social e seria irresponsável enfraquecê-la criando novas figuras que confundem as pessoas. Essas formas novas nada mais seriam do que um "cavalo de Troia" para chegar a "minar" a família, aquela verdadeira.

5- Uma questão social pouco debatida e pensada é a do homossexual idoso. Como é tratado? O abandono não é maior? Não seria esse um grande problema social a ser incluído no debate? A sociedade, em geral, não acolhe e protege bem o idoso, e o idoso homossexual é mais vulnerável ainda.

6- E, finalmente, a questão do direito a adoção. Ainda não se tem dados suficientes para saber o que significa uma educação em novos moldes, por casais do mesmo sexo. Como isso afetaria a psicologia e a orientação e a vivência sexual das crianças? E mais: como seria a aceitação social de uma criança educada em lar homossexual? Ou não haverá problema algum e tudo passa a ser questão de novo hábito, acostumar-se ao novo grupo social?

Essas são, a meu ver, algumas interrogações de ordem social que resistem a um novo paradigma no âmbito da família e sexualidade.

4º ARGUMENTO ÉTICO

Um comportamento, um ato, uma situação, só podem ser consideradas morais ou imorais, éticas ou antiéticas se, e somente se houver possibilidade de ser diferente, isto é, se o sujeito da ação puder ponderar, ajuizar e deliberar de forma alternativa. Se o que se faz é por força da natureza e não poderia ser diferente, então não estamos diante de uma questão moral ou ética. Os animais, sabemos, não são passíveis de imputação de responsabilidade moral, porque lhe falta a condição de liberdade e de racionalidade que delibera por decisão livre.

Será o caso?

Às vezes, evoca-se a ideia de que a homossexualidade não é uma escolha, que ninguém é homossexual por querer ou por decisão, mas sim que se é por natureza. Ora, não haveria nesse argumento uma sutil falácia, a falácia naturalista? Não se incorreria, neste caso, no mesmo argumento falacioso dos que consideram somente a união heterossexual como sendo natural e por ser tal, boa? Não haveria uma contradição na argumentação dos que defendem o direito à homossexualidade? Não incorreria numa falácia? Não faria louvor a um determinismo biológico estranho aos que argumentam a partir da ética? São perguntas que persistem contra a postulação progressista que queira incorporar no campo do direito e da moral os novos arranjos familiares fundados em desejos, mesmo que naturais.

Mas a questão fundamental nem reside aí. A meu ver a questão ética fundamental reside no fato de avaliarmos se o ato, comportamento, a decisão são boas ou não e para quem. E não pode ser boa ou má pelo critério do natural, porque a ética não é do âmbito do *ser*, mas do *dever ser*. E do ser não se pode deduzir o dever ser. O dever ser, o que seria bom que aconteça, não o é por ser natural, mas por um dever que a razão nos impõe pela norma da universalidade. A pergunta a ser feita é: o que aconteceria se todos assim fizessem? Essa é a questão Kantiana, de uma ética do dever que a razão nos impõe, mesmo que seja desagradável, contra meus desejos e gostos, contra minhas preferências e interesses pessoais.

A questão de fundo permanece. O que há de errado na relação homossexual? O amor, o afeto, a relação de mútuo interesse e respeito, o vínculo de interesse mútuo não é por si só bom? Será? O argumento conservador diz, nessa situação, que só se pode falar de bem por analogia a um Bem este sim, de per si, e este só pode ser o bem integral de uma relação de reciprocidade, complementaridade e completude como é a união de um homem e uma mulher que, no amor, no interesse mútuo, constituem uma célula que os ultrapassa através dos filhos, naturalmente concebidos ou por adoção.

Ora, a meu ver, nessa situação, surge adequada uma máxima da ética paulina: “tudo me é permitido, mas nem tudo me convém. Tudo me é permitido, mas não me deixarei escravizar por coisa alguma”... A escravidão, dizem os conservadores, seria estar preso a uma relação que não ultrapassa a dimensão sensual e sexual, presa à sensualidade e não alcança a racionalidade.

5º ARGUMENTO TEOLÓGICO - RELIGIOSO

Do ponto de vista filosófico, sociológico, moral e jurídico é possível que a sociedade conviva, aceite, justifique e proteja, legalmente, a homossexualidade como uma forma legítima e boa de viver. É possível, até, que se afirme que é mais uma forma de valorizar a família, pois mais núcleos familiares surgiriam daí. Pode ser que se diga que não há problema algum, que não prejudica ninguém e que o amor e a comunhão de vidas sempre valem a pena, não importando qual seja a condição e com quem.

Mas, do ponto de vista teológico e religioso, como ler, interpretar e, inclusive, se posicionar pastoralmente?

Não vou me arriscar a nenhuma hermenêutica de nenhuma das passagens bíblicas que trata da sexualidade, amor, casamento, família e homossexualidade. Não tenho gabarito para isso, mas seria bom que quem o tenha o faça. Se bem que, hoje, parece haver algum consenso em torno das passagens mais polêmicas do Levítico (18,22-23) e Paulo (1Cor 6,9-10) dizendo tratar-se mais de condenações ao rito pagão do que, propriamente, uma condenação a uma relação amorosa homossexual. E mesmo se fosse uma condenação explícita, então, teríamos que cotejar essas passagens e posturas com a total ausência de qualquer tipo de condenação feita por Jesus aos homossexuais. Parece haver, cada vez mais, consenso em torno da ideia que a Bíblia e, sobretudo, Jesus Cristo, se interessa mais pela família que se encontra ao redor da mesa da partilha do que das formas de sexualidade na cama.

De qualquer forma, parece ser claro que há uma disputa interpretativa pró e contra e não há como ser diferente. E não há razões de se querer unanimidade e conformismo. O mundo, inclusive bíblico, é mais complexo que se possa imaginar. Fundamentalistas e hermeneutas têm lá suas lógicas internas e opções. Cabe fazer opções. Não há bíblica e teologicamente um caminho fechado, parece.

O que importa do ponto de vista prático, religioso, é o respeito tanto pelas novas configurações fáticas de arranjos familiares, quanto pelas posições teóricas, desde que formuladas e baseadas em bons argumentos, bom senso e desejo de, verdadeiramente, expressar a adequação com o espírito que anima e conduz as comunidades de fé, ancoradas nas tradições fundadas, no caso do cristianismo, católico ou não, em Jesus Cristo e sua prática do Reino de Deus. Nesse aspecto, o acolhimento será sempre melhor do que o julgamento e a exclusão.

Assim que, conclua-se, há mais razões de ordem filosófica e sociológica contra a homossexualidade, do que de ordem teológica e pastoral. A tarefa para as religiões e para as teologias será, justamente, mostrar a inconsistência dos argumentos que nessa área permanecem ancorados em uma leitura fundamentalista da escritura. Só assim se estará à altura do tempo e em consonância com o Espírito, tanto do tempo, quanto o Santo

Uma abordagem vidadologica de gênero sobre "Famílias e Sexualidade": Uma experiência na IEAB[1]

[1] Revda. Dra. Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira



Doutorada em Teologia pela Escola Superior de Teologia.

Teóloga, com graduação cursada no Seminário Teológico de Estudos do Nordeste – STEN e Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos – NAET, ambos em Recife/PE; com integralização na Escola Superior de Teologia – EST, São Leopoldo/RS.

Confirmada na IEAB em 1994. Ordenada ao diaconato em 2001 e ao presbiterado em 2014. Mestra (2006) e Doutora (2014) em Teologia pela Faculdades EST, na área: Religião e Educação.

Membro do Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE).

Autora de: "*Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero contra as Mulheres*. 2. ed. , 2014." e "KRONBAUER, S. C. G. *Cultura afro-brasileira: Resgatando nossas origens*. Diálogo (São Paulo), v. 18, p. 14-14, 2012.

Contato: liliancsilva13@gmail.com

Primeiras palavras

Fiz opção consciente por Cristo ainda criança. Fiz opção consciente pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) aos vinte e poucos anos, por entender que essa pequena parte da Igreja de Cristo me oportunizaria um espaço de pensar e viver a minha fé com liberdade, numa perspectiva ecumênica e inclusiva. Sou anglicana há duas décadas e nesse espaço de tempo tenho tido a oportunidade de testemunhar algumas mudanças no mundo, na cultura e mesmo dentro da Igreja. Em tudo, o que cada vez mais aprendo é a valorizar a vida. A vida que pulsa em minhas veias. A vida que pulsa nas veias de cada pessoa. A vida que pulsa nas comunidades de fé. A vida que pulsa na sociedade. Em cada lugar, a cada momento, em cada pessoa, tenho buscado enxergar a vida que brota no cotidiano das relações humanas, bem como das relações dos seres humanos com a natureza da qual cada ser humano, cada qual de nós, é parte pensante.



Na IEAB aprendi sobre liberdade, ecumenismo e inclusividade, como até então não havia experimentado antes. A partir da IEAB conheci outros lugares, outras pessoas, outras culturas, outras experiências de vida, outras maneiras de cultuar a Deus, e me senti desafiada a seguir os estudos teológicos de modo que o exercício cotidiano de refletir a minha própria fé me oportunizasse sair de mim sem me abandonar, e, ao contrário, nesse exercício, que entendo educativo, tenho vivido a experiência de "ser mais", como diria Paulo Freire.

Nos meus modestos estudos de mestrado, tive o privilégio de refletir a minha experiência de fé em diálogo com o Centro Ecu-

mênico de Cultura Negra (CECUNE) e suas ações educativas. A partir daí fortaleci o que na militância negra tenho aprendido, a enxergar feitos e desfeitos da Igreja que, em outros tempos, legitimaram e contribuíram para perpetuação do racismo, corroborando o sistema escravagista que tornou o Brasil o segundo maior país escravagista da era moderna e o último do ocidente a abolir a escravatura.

Nos encontros com os movimentos negros, ouvi muitos e incontáveis testemunhos, com diversos e intensos relatos de situações de discriminação racial vivida no cotidiano das vidas de muitas pessoas negras. E também da proximidade e das relações estabelecidas com tantas pessoas negras e indígenas de tantos lugares, aprendi a enxergar que muitas situações que eu mesma vivenciei eram decorrentes da discriminação racial que também conheci e conheço de muito perto, mas que aprendi, como tantas pessoas, a achar que se tratava de algo natural. Então conheci um pouco mais sobre a Teologia Negra Cristã Latino-americana com teólogas negras e teólogos negros, e a partir da hermenêutica desde a perspectiva negra, tenho desconstruído o aprendizado de naturalização do racismo e fortalecido a compreensão de que o mesmo é decorrente de uma cultura que classifica umas pessoas como superiores a outras por consequência de raça/etnia.

Mais recentemente, com o advento da Lei Maria da Penha, em 2006, e ainda como militante do CECUNE e religiosa anglicana, passei a centrar mais atenção no fato de que também a Igreja cristã foi, e, em várias situações, continua sendo, conivente com a banalização da violência de gênero contra as mulheres. Passei a perceber que além da militância junto ao CECUNE, era importante me inserir em outras militâncias que há mais tempo denunciavam as discriminações de gênero contra as mulheres. Foi assim que conheci os movimentos feministas, os movimentos de mulheres e também o Feminismo de Governo. A partir daí passei a usar o que costumo denominar “óculos com lentes de gênero” que me ajudaram e ajudam a enxergar a realidade das muitas violências contras as mulheres, pelo simples fato de terem nascido fêmeas.

Aprendi com a teóloga e filósofa feminista Ivone Gebara, mas tenho vivido como experiência própria, o grande desafio pessoal de ser religiosa e feminista, nos movimentos e na Igreja. Por isso mesmo acolhi como meu, o desafio denunciado por Gebara ao afirmar a importância de que o Feminismo deve romper com as cadeias religiosas que têm impedido que muitas mulheres, que muitas pessoas tenham vida plena.

Também como anglicana aprendi com o teólogo anglicano sul-africano Titus Presler que me aproximar, dialogar e aprender com irmãs e irmãos de outras fés me oportuniza abertura maior para fortalecer um dos pressupostos básicos da fé cristã: de que cada ser humano é imagem e semelhança de Deus. E, de modo particular, tenho aprendido com irmãs e irmãos do Batuque do Rio Grande do Sul, sobre como, a partir de uma comunidade religiosa, promover ações educativas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres negras. Tema da minha tese de doutorado, da qual tive os teólogos luteranos Roberto Zwetsch e André Musskopf como orientadores.

Assim, como teóloga negra e feminista, encontrei no Anglicanismo um terreno fértil para continuar enfrentando o racismo, o sexismo e a intolerância religiosa dentro e fora da Igreja.

Com esse preâmbulo, intenciono enegrecer, elucidar algumas palavras-chave que orientam o meu fazer teológico: vida – fé – relacionalidade – experiência – cotidiano – vida.

A Vida da IEAB e o tema da Sexualidade Humana

Em 1992, iniciei meus estudos teológicos no Seminário Batista do Nordeste (STEN), em Recife, quando eu era membro da Igreja Assembleia de Deus. Foi estudando a História da Igreja que conheci um pouco sobre o Anglicanismo. E, providencialmente, li num pequeno anúncio de um jornal local de domingo, sobre a existência de um Seminário ecumênico em Recife, ligado à Igreja Anglicana. Naquela ocasião, um dos professores do Seminário que eu estudava era um teólogo anglicano que me convidou a conhecer o culto anglicano na Paróquia do Bom Samaritano, em Boa Viagem. Três questões me encantaram sobremaneira:

a) a beleza plástica da liturgia;
b) a teologia presente no sermão do reverendo, que naquele dia focou a pregação no texto neotestamentário da Carta de Paulo aos Gálatas sobre liberdade e autonomia;
c) a presença e a acessibilidade ao bispo.

Em 1993, segui estudando Teologia no Seminário Batista, mas me matriculei em duas disciplinas do então Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos (NAET). No NAET, conhecendo um pouco mais sobre a IEAB, encantou-me aprender sobre o conceito de ecumenismo e a proposta de que mesmo dentro da Igreja era possível ter várias correntes teológicas diferentes. Passei a conhecer e a viver o desafio permanente de viver a unidade na diversidade.

Em 1994, fiquei apenas no NAET e optei conscientemente pela IEAB, por reconhecer nela um lugar de acolhimento às diferenças e a compreensão da unidade na diversidade. Pela primeira vez presenciei o tema da sexualidade humana ser abordado na Igreja sem tabus e sem pudor. Certamente muito diferente da realidade que havia experimentado na Assembleia de Deus e, antes mesmo, na Igreja Católica Apostólica Romana, onde fui batizada e fui preparada para receber a primeira comunhão.

A minha origem católica romana, os flertes vividos em terreiros de religiões de matriz africana – pois é, não mencionei antes, mas com o grave problema de alcoolismo que acometia meu pai, minha mãe vivia uma busca desesperada por uma resposta que sanasse meu pai daquele mal; o que a fez buscar terreiros, centros espíritas ... e eu sempre em sua companhia, pois sou sua única filha; e para onde ela ia me levava junto com ela –, essas vivências em outros espaços religiosos, e, mais adiante, na Assembleia de Deus, deixaram-me marcas muito inquietantes. Dentre as marcas em mim tatuadas: o racismo e o sexismo foram as mais provocadoras, exigindo-me uma curiosidade epistemológica, antes ingênua, como também mais tarde aprendi com Paulo Freire.

Essas curiosidades epistemológicas, que um dia foram ingênuas e depois passaram a me exigir compreender e explicar as vivências sobre os temas do racismo e do sexismo, oportunizaram-me também novas descobertas e novos desafios. Talvez a mais importante descoberta feita, por ser a que me abriu possibilidades para outras, foi identificar a tensão permanente nas relações vividas entre as pessoas e as desigualdades geradas dessas tensões. Tensões vividas no reconhecimento das diferenças entre as pessoas. Diferenças que uma vez mensuradas geraram desigualdades.

Uma das tensões se intensificou ao longo do percurso da minha própria vida: a preocupação precípua em todos os espaços onde vivi com o controle do corpo. E tendo corpo feminino, dei-me

conta de que desde a minha família, seguida pela minha vizinhança, dos lugares onde trabalhei, da religião, enfim, em cada uma dessas instituições, vivi diversas experiências de controle do meu próprio corpo e dos corpos de outras pessoas. E esse controle se fortalecia com tabus em torno do tema "sexualidade".

Na IEAB, as tensões decorrentes desse tema não demoraram muito a chegar. A diferença estava no fato de que o jeito de fazer teologia me chegava como desafio de reconhecer a relação da interdependência das fontes do que fazer desse jeito de fazer teologia: escrituras – tradição – razão – experiência.

Em 1997 foi escrita a 1ª Carta Pastoral dos Bispos da Igreja sobre "Sexualidade Humana", recomendando à toda a IEAB a inclusão do tema em seus programas educacionais.

Em 2000, na Diocese Anglicana do Recife, fui sabatinada pelos membros da junta de capelães examinadores, como candidata que era às sagradas ordens. Na ocasião, o tema em foco, ou melhor, a "homossexualidade", para ser mais exata, predominava no cenário eclesiástico e deflagrou uma espécie de caça às bruxas e aos bruxos; pois havia um total desconforto da parte de várias lideranças da Diocese Anglicana do Recife, quanto a ordenação de pessoas de orientação homossexual. (Questão alegada por grupos cismáticos para justificar a ruptura com a IEAB, dando origem a outras denominações cristãs no Recife).

De 2000 para 2001, dá-se o anunciado e previsto primeiro cisma na Diocese Anglicana do Recife. Todo cisma gera ruptura e sofrimento.

Em 2002, realiza-se no Rio de Janeiro, a I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana, promovida pelo Centro de Estudos Anglicanos (CEA). Na Consulta foi acolhida a orientação pastoral da Câmara dos Bispos, promovendo-se debates sobre o tema, e reconhecendo a sexualidade humana como dom de Deus para todas as pessoas, fazendo também conhecidas as resoluções da Conferência de Lambeth de 1978-1999.

Em 2004, realiza-se, também no Rio de Janeiro, a II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana, na qual tive a oportunidade de participar, e na qual fez-se um apelo a toda a IEAB, a que vivêssemos a esperança de sermos uma Igreja mais humana, mais solidária, mais inclusiva e mais amorosa. Isso às vésperas do segundo cisma na Diocese Anglicana do Recife.

Após uma década da I Carta dos Bispos, a Câmara escreveu e publicou sua II Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana. Desde antes e cada vez mais tem sido perceptível a diversidade na composição da membresia de nossas comunidades, e a vida exige de nós ações pastorais de respeito e promoção do Evangelho. Sua principal ênfase se deu no discernimento que é essencial e no que é secundário, no que é revelação divina, e no que é mediação humana. Sendo concluída com uma recomendação ao clero que aprofundasse seus conhecimentos sobre o tema para prover instrumentos pastorais adequados para a formação do povo do qual é parte.

Nesses últimos anos, portanto, coube-nos a tarefa de promovermos espaços de estudo e reflexão sobre esse tema, de modo a que pudéssemos ser sinais visíveis da graça divina que promove o Evangelho de vida plena a todas as pessoas.

Nesses anos fiz parte de pelo menos quatro dioceses, e como tive o privilégio de trabalhar no Departamento de Missão da IEAB, estive em todas as Dioceses da nossa Província, e pude ver de perto que a vida nos tem modelado ao longo dos anos, tornando-nos mais sensíveis às necessidades específicas das pessoas em suas diversidades.

Por onde tenho andado, em comunidades que tenho visitado, durante ou após ter trabalhado

no Departamento de Missão, tenho visto a olhos nus, pessoas diversas, em suas ambiguidades comuns à vida humana, exercitando o aprendizado cotidiano da vivência com as diferenças, reconhecendo as diferenças também como dons de Deus. Essas vivências incluem desde a participação no Culto, no Batismo, na Confirmação, como liderança da Igreja, na Ordenação às Sagradas Ordens, enfim, em praticamente todos os ritos ofertados e vividos pela Igreja. Em todos esses casos, a orientação sexual felizmente não tem sido critério determinante para que as pessoas se tornem membros da Igreja, mesmo considerando as especificidades previstas nos Cânones Gerais da Igreja.[2]

Na Diocese Anglicana do Recife, nossa caminhada específica nos tem indicado a necessidade de dialogarmos sobre Teologia do Matrimônio e Sacramento.

Em todo esse percurso, o ponto de partida foi e continua sendo a vida, sobre o prisma da fé, que se fortalece e se renova nas relações humanas estabelecidas nas experiências cotidianas da própria vida, que se molda e se transforma como sinal visível da graça divina que se configura em acolhimento para a vida.

A Vida e Seus Modelos de Famílias

É afirmando-me como mulher negra e teóloga feminista que proponho a presente provocação. A Teologia feminista tem na categoria “Gênero” seu fundamento. A análise de gênero questiona a própria estrutura do pensamento teológico e provoca uma mudança significativa nessa estrutura.

Afirmar as Escrituras como Palavra de Deus significa dizer – e mesmo que saibamos nunca é demais nos lembrarmos – que ela é palavra humana escrita a partir das relações entre seres humanos e Deus. Por isso, como anglicanas e anglicanos, dizemos que a Bíblia contém a Palavra de Deus. Não é ditado. Mas é registro de experiências humanas de pessoas que em várias épocas e em diversos contextos, tiveram experiências/vivências com o modo como criam em Deus e a partir desses modos de crer estabeleceram modos de se relacionarem com outras pessoas.

A socióloga norte-americana Joan Scott, que realizou pesquisa importante sobre a procedência do uso do conceito “gênero”, afirma que a “palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. [...] o gênero é um elemento

_____

2. CÂNON 12 - Do Regulamento dos Leigos, Art. l° - São membros batizados da IEAB todas as pessoas que receberam devidamente o Santo Batismo em nome da Santíssima Trindade e estejam arroladas em urna paróquia ou missão da IEAB. 2°- São membros comungantes da IEAB todos os membros batizados que participam assiduamente da Santa Eucaristia. Art 3° - São membros confirmados da IEAB todas as pessoas confirmadas segundo o uso e preceitos do Livro de Oração Comum, e todas aquelas que, confirmadas por bispos de sucessão apostólica, sejam devidamente recebidas em comunhão por um bispo diocesano da IEAB. Art. 4° - São membros em plena comunhão as pessoas confirmadas que participam assiduamente do sacramento da Santa Eucaristia e demais ofícios e contribuem fielmente para a manutenção da igreja. Art. 5° - Somente os membros em plena comunhão podem ser eleitos ou nomeados para cargos de responsabilidade em Capelania, Comunidade Religiosa, Missão, Paróquia, Diocese e/ou Província da IEAB. (Cânones Gerais, p. 11).

constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos"[3]. "Gênero" sublinha também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades, conforme a autora[4]. São vistas aí duas constatações fundamentais para a desconstrução do modelo relacional culturalmente constituído: as diferenças biológicas são naturais, mas as desigualdades são culturais e historicamente construídas.

A partir dessa categoria de análise foi possível identificar que todo e qualquer tipo de violência que tenha como motivação as diferenças de sexo. A violência de gênero é um fenômeno complexo que atualmente tem tomado grandes proporções. Saffioti conceitua "violência de gênero" como violência cometida pelos machos ou por quem assume esse papel.[5] Como ela afirma:

> No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.[6]

O que significa que homens e mulheres podem ser sujeitos da violência de gênero. Ocorre, porém, que sendo o que a socióloga Heleieth Saffioti denomina "projeto de dominação-exploração" próprio do patriarcado, que tem na ideologia do machismo seu principal instrumento, é mais frequente que sejam os homens os sujeitos dessa violência, cujos principais alvos são as mulheres, assim como crianças e adolescentes (de ambos os sexos).[7]

Gênero, portanto, não é só uma mediação hermenêutica, é também uma mediação epistemológica.[8] Para Ivone Gebara: Gênero "[...] significa um modo de ser no mundo, um modo de ser educado/a e um modo de ser percebido/a que condiciona o ser e o agir de cada um"[9].

Novamente, em relação as Sagradas Escrituras: Quem as escreveu? Com quais intencionalidades? Quanto do(s) próprio(s) autor(es) e do aprendizado e das vivências de sua(s) cultura(s) há em cada texto? Qual a mensagem ou as mensagens centrais de cada escrito?

_____

3. SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989, p. 21. Disponível em: <http://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

4. SCOTT, 1989, p. 19.

5 . SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo. Caderno Pagu, n. 16, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

6. SAFFIOTI, 2001.

7. SAFFIOTI, 2001.

8. BRUNELLI, Delir. *Teologia e Gênero. In: SUSIN*, Luis Carlos (Org.). Sarça Ardente. *Teologia na América Latina*: Perspectivas. SOTER/Paulinas, São Paulo, 2000, p. 216.

9. GEBARA, 2000, p. 106.

O que a Teologia Feminista propõe é que tendo Gênero como mediação hermenêutica, acrescentemos ainda outras questões que nos provoque e nos faça refletir sobre as questões já mencionadas desde a perspectiva de outras pessoas cujo protagonismo no "que fazer" teológico nos desafia a perguntar: Onde estão as mulheres? O que elas disseram? Quando foram silenciadas? Como pensar Deus desde a perspectiva da existência feminina?

Em 1985, no Encontro Latinoamericano de Teologia na Ótica da Mulher, na Argentina, as teólogas feministas reunidas declararam com as palavras próprias das experiências vividas por nós mulheres: "Trabalhamos em constante processo de ruptura, como num parto permanente, em que tentamos desligar-nos dos velhos esquemas e das categorias impostas pelo sistema patriarcal, para dar à luz a algo mais perto da vida, algo mais impregnado de sentido para nós."[10]

É na busca constante por algo que dê sentido à vida humana, de mulheres e de homens, em suas diversidades de identidade de gênero e de orientação sexual, que temos nos empenhado em elaborar teologias capazes de:

1. Integrar as diversas dimensões humanas: força e ternura, alegria e choro, intuição e razão;

2. Partir de experiências comunitárias e relacionais, vividas e sentidas em nossos corpos e nos corpos de outras pessoas;

3. Reconhecer no cotidiano da vida lugar da manifestação divina;

4. Promover consciência militante, para que sejamos capazes de participar no conjunto das lutas de libertação de nossos povos;

5. Utilizar a teoria das relações de gênero como instrumental de análise, avaliando como os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres são construídos e impostos e como marcam as vidas das pessoas.

Tudo isso como prioridades do "que fazer" teológico das teólogas feministas presentes no mencionado Encontro.

Por essa razão, recorro à colega e irmã teóloga feminista Ivone Gebara, para elucidar alguns conceitos que nos ajudarão a melhor entender o olhar desde o ponto de vista que proponho, como um exercício reflexivo e também afetivo:

Relacionalidade: "O conceito de relacionalidade tem como função explicitar a interdependência entre todos os processos vitais e as relações humanas, de forma a mostrar que são as relações de interdependência as mais fundamentais na própria constituição e manutenção da vida".[11] E o que propõe esse conceito? Propõe "... pensar em vínculos, em relações mais horizontais, em contextos precisos e na valorização do momento histórico vivido como fonte primeira de solução de nossas dificuldades."[12]

10. Documento final do Encontro Latinoamericano de Teologia na Ótica da Mulher. Buenos Aires, 1985.

11. GEBARA, Ivone. O que é Teologia Feminista. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 50.

12. GEBARA, 2007, p. 51.

Foi na vida cotidiana, que nos últimos catorze anos a IEAB, em suas muitas e diversas comunidades, tem experimentado viver e encontrar alternativas para acolher as pessoas em suas diversidades e especificidades.

É também de Gebara que tomo emprestado o conceito de "epistemologia da vida cotidiana", que ela mesma define como "um conjunto de processos que interagem no interior de cada indivíduo com seu meio"[13]. A partir desse pressuposto, reconhece-se no cotidiano o lugar para a elaboração e a feitura de uma teologia contextual, que leve em conta o dia-a-dia das pessoas, suas vivências, suas experiências, suas dores, suas alegrias, enfim, suas ambiguidades; que tomam as formas dos corpos das pessoas, pois é no corpo que se sente todas as emoções. Razão pela qual os corpos humanos, em especial, os corpos femininos, foram apropriados pela religião, impondo uma visão negativa da corporeidade e, por consequência, foram criadas regras de comportamento quanto a vivência da sexualidade. Essas regras, comumente aprendidas nas experiências familiares, inspiradas, muitas vezes, na herança religiosa, é consequência das relações de poder há muito denunciadas pela historiadora norte-americana Joan Scott, fazendo uso da chave hermenêutica de gênero.[14]

Entretanto, como anuncia Gebara, há "[...] algo de ordinário, de pessoal e de conjunção com outra pessoalidade semelhante à nossa que escapa às análises científicas e aos dogmas religiosos."[15] E mesmo que reconheçamos que o exercício constante do controle da sexualidade tenha feito ou ainda faça parte do cotidiano da vida das famílias em suas diversidades e especificidades; existem modos subversivos de driblar o controle imposto, o que tem gerado variadas configurações ou conformações familiares tais como:

a) pai, mãe, filhas e filhos;
b) mães solteiras, de filhas e filhos cujos pais os abandonaram;
c) mães viúvas que assumiram sozinhas seus filhos e filhas;
d) mães chefes de família, cujas experiências de casamento se converteram em sinônimo de ameaças constantes às suas vidas, como consequência da violência doméstica;
e) filhas e filhos de casais divorciados;
f) filhas e filhos com uma multiplicidade de avós e avôs, uma vez que seus pais e mães constituíram novas famílias, tendo vivido antes outras experiências familiares;
g) pessoas solteiras, que têm autonomia financeira e optaram adotar um animal de estimação e com ele estabelece uma relação familial;
h) pais solteiros que assumem sozinhos seus filhos e filhas;
i) casais do mesmo sexo sem filhos e filhas;
j) casais do mesmo sexo com filhos e filhas; etc.

Como, então, definir família? Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, família é "um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica que vivem no mesmo domicílio, ou, pessoa que vive só em domicílio particular".[16]

_____

13. GEBARA, 2006, p. 33.
14. SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo,1995.
15. GEBARA, 2008, p. 36.
16. GOLDANI, 1993, p.78.

Para a socióloga Ana Maria Goldani, que pesquisa as famílias no Brasil contemporâneo, há um modelo de família brasileira que está associado à presença de parentes, a um sistema hierárquico e de valores no qual se destaca a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole.[17]

Para a Constituição Brasileira de 1988, para efeitos de proteção do Estado, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito "novo" de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes - crianças, jovens e velhos - a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. (GOLDANI, p. 72).

Para a socióloga feminista Alda Motta, pesquisadora feminista:

> Famílias são, no âmago da análise, a articulação de relações de gênero e de gerações que se tecem e se realizam em um tempo social e histórico, para uma vida em comum e um fim, ou um esperado acontecer, da reprodução – biológica e social. Família é, também, a configuração mais diretamente percebida e analisável da dinâmica dessas relações, com uma história que em grande parte pode ser contada no tom que estas ensejam, no realizar das prescrições sociais para os sexos/gêneros e grupos de idade na organização da sociedade. As famílias contemporâneas vêm transformando, fortemente, e em variados aspectos, os seus modos de vida – embora, ao mesmo tempo, mantendo certo substrato básico dessa organização original. Transformando-se, porque as relações entre os gêneros e as gerações estão-se realizando em novas formas e segundo outros códigos. Casamento, criação de filhos, separações, exercício da sexualidade, chefias, composição do orçamento doméstico, solidariedades e responsabilidades intergeracionais, quase nada está sendo o mesmo.[18]

Há variadas definições sobre famílias, e desbordaria o propósito dessa provocação elencar outras definições. A escolha das definições já apresentadas foi feita considerando o critério de relacionalidade que tomei emprestado de Gebara.

Para os Indabas das áreas têm sido convidadas assessorias para facilitar o processo de reflexão e aprofundamento sobre o tema, com vistas a buscarmos respostas para lidarmos com as realidades que se nos apresentam no cotidiano de nossas comunidades. Temos anseios por respostas. E esses anseios nos causam sofrimentos à medida que antecipamos e/ou prospectamos futuros cismas.

Entendo que o papel de cada assessoria não é dar respostas, mas promover reflexão com novas perguntas e/ou reformulando antigas questões ainda não respondidas por nós. Importa muito

17. GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo. p.70, disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.IE5/Y5EEGUL5/cadpagu_1993_1_6_GOLDANI.pdf>.

18. MOTTA, Alda Britto da. Gênero, Família e Fases do Ciclo de Vida. In: Dossiê Caderno CRH, Salvador, n. 29, p. 13-20, jul./dez. 1998, p. 1

mais para a Igreja, ao meu ver, reconhecer o processo que está sendo vivido como fundamentalmente importante para que exercite a escuta atenta e qualificada às perguntas que nos têm sido feitas, às perguntas que nos fazemos (enquanto Igreja) e às perguntas que nos fazem a sociedade em geral.

Enegreço, assim, como um desafio para cada qual de nós: fazer perguntas que nos possibilitem acordar a consciência adormecida, perguntas que levem a encontrar caminhos de restauração da vida em comunidade e a partir dessas perguntas, aprender com exemplos do passado para ajudar a encontrar no presente, alternativas para que nos sejam possíveis gerar ações que promovam vida plena às pessoas como filhas de Deus que são. Assim:

1. Quais são as nossas perguntas?

2. Quais perguntas nos têm sido feitas em nossas comunidades?
(Temos oportunizado espaços de reflexão para ouvir essas perguntas? Quais?)

3. Que perguntas nos fazem outras denominações?

4. Que perguntas nos faz a sociedade?

5. Que perguntas estamos dispostas/os a responder?

Ao assumir tal desafio, proponho ainda que estejamos sensíveis as vozes, aos testemunhos de fé, as histórias, as experiências vividas pelas pessoas de orientação sexual não normativa e que por fugirem às normas convencionadas, sofrem cotidianamente, em seus corpos, a violação do direito à vida plena que como cristãs e cristãos nos dizemos anunciadores

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO 1

Primeira Carta Pastoral dos bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana - 1997

1. Afirmamos que a sexualidade é um dom de Deus e que as relações sexuais, exercidas no contexto do amor e do respeito mútuo, não só devem ser aceitas, mas também consideradas como as coisas boas que Deus criou. Por outro lado, a promiscuidade sexual entre pessoas do mesmo gênero ou gêneros diferentes deve ser combatida, por ser contrária ao ensino das Escrituras.

Entretanto, a Igreja deve receber com amor pessoas de qualquer raça, cultura, classe social ou orientação sexual. Afinal, como cristãos, somos portadores da promessa do Espírito Santo que nos conduz à Palavra feita carne, que acolhe os abandonados, os incompreendidos, os marginalizados, que demonstra amor e compaixão à mulher apanhada em adultério, que conversa com a mulher samaritana e afirma a santidade do homem e da mulher em santo matrimônio.

2. A sexualidade é parte integrante do ser humano. Essa realidade abençoada se expressa em atos de conduta, que se convertem em atos de afeição, relação mútua e conhecimento recíproco entre homem e mulher. Isso envolve sempre uma comunidade. Por isso, o povo bíblico estabeleceu um determinado padrão de conduta, porque as relações sexuais não realizam toda sua potencialidade, se não levarem em consideração o amor e a justiça em relação a outras pessoas. Portanto, os atos de violência sexual são iníquos.

3. A Conferência de Lambeth de 1988 no que concerne à família e matrimônio não conseguiu eliminar a confusão, provocando ensino sobre sexualidade humana. Algumas províncias vêm afirmando que o homossexualismo é pecaminoso, enquanto outras adotam uma atitude pastoral contextualizada. A questão sexual, que abrange todos os aspectos da vida social e individual, ainda não está de todo resolvida. Os estudos dos fatores que contribuem para as diferentes compreensões em relação ao homossexualismo continuam; e como bispos recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade.

Não podemos assumir posições finais sobre a ordenação de homossexuais ou a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo, porque na própria Comunhão o assunto ainda está em processo de amadurecimento. A Bíblia em alguns textos condena explicitamente o relacionamento homossexual, embora em sua maioria, seus textos condenem a promiscuidade, a orgia ou o deboche. Entretanto, devemos entender que a Bíblia não é um ditado de Deus, mas sim a Revelação de Deus carregada pela interpretação de seus autores que trazem nela as influências de sua cultura e época (viviam eles numa sociedade patriarcal e machista).

4. É necessário que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil inclua em seus programas educacionais e pastorais, estudos e orientações sobre a sexualidade humana, levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controvertida questão, para que os seus eclesianos, livres de idéias preconcebidas e na visão de uma sexualidade cristã sadia, possam assumir o dom da sexualidade no contexto da comunidade da fé e respeitar os outros.

Dom Glauco Soares de Lima – Bispo Primaz

Dom Sumio Takatsu

Dom Cláudio Vinícius Gastal

Dom Clóvis Erly Rodrigues

Dom Sydney Alcoba Ruiz

Dom Luiz Osório Pires Prado

Dom Almir dos Santos

Dom Jubal Pereira Neves

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO 2

Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana - 2002

Reunidos no Rio de Janeiro para a I Consulta Nacional sobre Sexualidade, num ambiente de fraternidade e compreensão mútuas, respeito, solidariedade e amor cristão, nós, leigos e leigas, duas diáconas, dez presbíteros e quatro bispos, anglicanas e anglicanos de cinco dioceses, debatemos, analisamos, trocamos experiências e compartilhamos testemunhos sobre esta questão do ponto de vista bíblico-teológico, ético-pastoral e biopsicossocial.

Para maior compreensão e contextualização do assunto, partimos das resoluções das Conferências de Lambeth (1978/1988/1998) “reconhecendo a contínua necessidade de estudo profundo e desapaixonado da questão da homossexualidade que leve em consideração tanto o ensino da Escritura quanto o resultado das pesquisas científicas e médicas e os fatores socioculturais”, e da Carta Pastoral dos Bispos da IEAB (Sínodo Geral/1997) onde percebem e sugerem a necessidade de incluir em nossos “programas educacionais e pastorais estudos e orientações sobre a sexualidade humana”.

Do ponto de vista bíblico-teológico a sexualidade humana é dom de Deus para todas as pessoas. A libertação de todos os povos é o foco teológico do processo do êxodo e do ministério de Jesus. Deus nos ama incondicionalmente como somos, com todas as nossas diferenças e imperfeições. Amor este que é manifestado em Jesus Cristo, impulsiona-nos a amar e cuidar de toda a obra da sua criação. Amar a Deus é amar o próximo (I João 4:20-21), portanto, qualquer tipo de exclusão contém germes de morte. Amor é inclusão e vida em abundância (João 10:10).

Convidamos as lideranças leigas e clericais a promover debates que ajudem as comunidades a compreenderem melhor a complexidade e a beleza das relações sexuais humanas. É preciso conhecer e compartilhar as angústias daqueles e daquelas que a sociedade exclui. A inclusividade é a essência do ministério encarnado de Jesus, atraindo para si as prostitutas, os estrangeiros, os pobres, os doentes, os diferentes. É fundamental que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil exerça sua vocação inclusiva e se permita acolher, com Amor e por inteiro, aquelas pessoas que a sociedade rejeita e aborta. Por esta razão assumimos a ética pastoral da Graça e da bênção de Deus e rejeitamos o princípio da exclusão, implícito na ética do pecado e da impureza, que causa divisão entre os seres humanos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2002, A.D.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO 3

Declaração da II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana - 2004

Reunidos entre os dias 06 a 08 de agosto de 2004 no Rio de Janeiro, no histórico bairro de Santa Tereza, para a II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana, pessoas clérigas e leigas anglicanas de diferentes perspectivas, posicionamentos teológicos, experiências pastorais e vivência, debateram este assunto em clima de fraternidade, amor cristão e sadio confronto de ideias, compartilhando testemunhos, experiências pastorais e reflexões bíblico-teológicas, tendo como foco a sexualidade humana e a fé cristã, com ênfase no desafio da inclusividade de pessoas de orientação homossexual.

O encontro partiu de documentos de nossa Igreja e de artigos redigidos por alguns de seus membros, amadurecendo em alguns pontos no decorrer das discussões.

Entendemos que a sexualidade humana é dom de Deus e que deve ser vivenciada em paz, liberdade, amor e respeito ao próximo. Que a Igreja deve respeitar a privacidade das relações afetivo-sexuais de seus membros, sejam eles do clero ou do laicato.

Afirmamos que toda e qualquer exposição pública da orientação sexual de qualquer pessoa – como pré-requisito para membresia ou para servir em ministérios ordenados ou laicos – constituem grave violação desta privacidade.

Como pessoas anglicanas, temos orgulho porque somos parte da Igreja de Cristo que compreende que a inclusividade é um dos valores centrais não só de nossa Comunhão, mas do Reino de Deus.

Apelamos a toda Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no sentido de nos mantermos em união pelo mesmo Senhor e Salvador nosso, como Província, respeitando as diferenças e fazendo delas um jardim ofertado a Deus "como oferta de perfume suave, e como sacrifício que agrada a Deus" (Ef 5:2).

Sentimo-nos chamados por Cristo a testemunhar nossa fé e nosso amor "na gloriosa liberdade dos filhos e filhas de Deus" e nos comprometemos a continuar construindo uma Igreja ampla, acolhedora e missionária.

Em nome de Cristo libertador de todos nós, pessoas pobres e ricas, clérigas e leigas, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, assinamos esta carta na esperança de que esta simbolize novos horizontes para nossa Igreja, para que ela seja mais humana, mais solidária, mais inclusiva e amorosa.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2004

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO 4

Segunda Carta Pastoral dos bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana- 2007

"Se seus sonhos estiverem nas nuvens, não se preocupe, eles estão nos lugares certos; agora, construa os alicerces". (Shakespeare)

"A relação sexual não se realiza na sua potencialidade, se não levar em consideração o amor e a justiça em relação à outra pessoa".
(I Carta Pastoral dos Bispos, 1997)

Celebramos os 10 anos da I Carta Pastoral dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sobre a Sexualidade Humana. O que nela foi dito ainda é atual para a Igreja hoje. No entanto, diante dos acontecimentos posteriores àquela época, que implicaram na deserção de um bispo e de vários clérigos no Nordeste e noutras partes da Comunhão Anglicana no mundo, resolvemos voltar ao assunto, divulgando de novo aquela carta e chamando a atenção para sua leitura e aprofundamento.

Faz parte da tradição em nossa Comunhão o respeito às diferenças de opinião em relação a questões que não são essenciais ao princípio da Revelação divina. Este princípio diz que "Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo." Tudo que a Bíblia diz que não se refira à essência desta Revelação é secundário, ou seja, faz parte da cultura e dos costumes daqueles que foram instrumentos de Deus para a redação dos textos escriturísticos.

Para nós, a Bíblia é a Palavra de Deus no sentido de mensagem de Deus e não ditado de Deus. Por isso, ao longo dos séculos, a Igreja vai discernindo o que é essencial e o que é secundário, o que é revelação divina e o que é mediação humana, sempre ligada a cada época e cultura. Esse discernimento não se faz simplesmente por opiniões de indivíduos ou de grupos. Para isso, todo o povo da Igreja é chamado a colaborar com seu "senso de realidade" e seu "bom senso", formado pela fé e pela própria experiência de vida. A Tradição é isso, é a Bíblia sendo lida, ao longo dos séculos, na vida do povo de Deus, sob a guia do Espírito Santo. A luz da Razão também nos é de grande auxílio. É necessário examinar as Escrituras
com a ajuda da reflexão teológica e das ciências para discernir, em cada tempo, o que Deus nos quer dizer, para que possamos experimentar na vida a obra divina da reconciliação.

Vemos que em nosso seio têm surgido elementos cismáticos e desagregadores que não se conformam com o fato de que há na Comunhão Anglicana correntes que divergem de seu modo de pensar. Percebemos que há quem tenha convicções autênticas; a esses, o nosso respeito, com a afirmação de que são nossos irmãos e irmãs. Há quem se dedique a fomentar a divisão

por razões não teológicas, tais como orgulho e anseio pelo poder ou fatores de outra natureza. Ora, isso gera perversas distorções, tanto em relação à natureza da comunhão da Igreja (Eclesiologia), quanto em relação à maneira de interpretar a Bíblia (Hermenêutica). Tanto uns como outros, chamamos ao bom senso e à união. Não é da nossa Tradição a submissão a uma Cúria ou qualquer outro órgão autoritário de doutrina ou prática. Cremos na liberdade de pensamento, pois "a verdade nos libertará". Cremos na virtude da tolerância, tão característica do Anglicanismo, que é capaz de sustentar a comunhão em redor da mesa do Senhor e o companheirismo na missão de Deus. Isso é um processo que se desenvolve e amadurece lentamente, com diálogo e paciente escuta uns dos outros, e resulta naquilo que a Igreja chama de *sensus fidelium*, isto é, o sentir comum do povo crente.

Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que "todos sejam um".

Nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressas as conclusões de nossos I e II Congressos sobre Sexualidade Humana. Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos ao clero que se aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenham instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações.

Porto Alegre, dezembro de 2007

Dom Maurício José Araújo de Andrade, Primaz
Dom Edmundo Knox Sherril
Dom Clovis Erly Rodrigues
Dom Luiz Osório Prado
Dom Almir dos Santos
Dom Glauco Soares de Lima
Dom Jubal Pereira Neves
Dom Orlando Santos de Oliveira
Dom Celso Franco de Oliveira
Dom Naudal Alves Gomes
Dom Sebastião Armando Gameleira Soares
Dom Filadelfo Oliveira Neto
Dom Hiroshi Ito
Dom Saulo Maurício de Barros
Dom Renato da Cruz Raatz
Dom Roger Douglas Bird

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANEXO 5

Carta Pastoral da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Perseverai no amor fraterno! (...) O Deus da paz, que ressuscitou dos mortos o grande pastor das ovelhas no sangue do eterno testamento, o Nosso Senhor Jesus, vos disponha para todo bem, para fazerdes a sua vontade, cumprindo em vós o que é agradável em sua presença, por Jesus Cristo, para quem seja a glória pelos séculos dos séculos. Amém. (Hb 13:1, 20-21)

Queridas irmãs, queridos irmãos, clero e laicato de nossa amada IEAB, por motivo da missão que nos incumbe como bispos da Igreja de Deus, temos a alegria de saudar a todas e todos com a paz de Cristo. Sejamos bem vindas e bem vindos a esta 32a. Assembleia Sinodal, ocasião privilegiada de reencontro de todas as regiões do país, celebração maior de nossa unidade fraterna.

Sínodo é fazer caminho em conjunto, é convergir e querer prosseguir em conjunto no caminho da Missão. Cada vez mais com o compromisso de partilhar o mesmo pão, vivenciando o companheirismo, que quer dizer "com-pão", pão comum. Não é isto mesmo o sacramento maior de nossa fé?

Como lideranças da Igreja, temos o desafio de fazer brilhar a unidade na legítima e sadia diversidade tendo em conta a firme regra das relações na Igreja de Cristo: "Nas coisas secundárias, liberdade; no essencial, unidade; em tudo, porém, caridade, para que não saiamos do amor, para não sairmos de Deus".

1. Boas Novas que brotam do chão da vida

Desde o últimos Sínodo, "grandes coisas tem operado o Senhor em nosso favor", mesmo em meio da nossa precariedade e do pecado que nos limita.

- O Distrito Missionário tem sido um sinal claro do compromisso missionário da Igreja.

- O Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD) tem sido um sinal claro do compromisso da Igreja com o serviço ao mundo.

- A transferência da sede provincial para São Paulo, aprovada pela Câmara dos Bispos e pelo Conselho Executivo, representa o anseio de maior eficácia do serviço da Igreja.

- As Áreas Provinciais estão se consolidando mais e mais.
- A eleição de novos bispos aponta para o caminho da renovação das lideranças da Igreja.

Inclusive como parte deste processo, o Sínodo elegerá um novo bispo para a Igreja.

- A JUNET tem trabalhado intensamente na nova proposta de estrutura da educação teológica da Província, buscando fortalecer nossa identidade eclesial.

- A IEAB continua afirmando seu compromisso interanglicano e ecumênico, e marcando sua presença nas instâncias da sociedade civil.

- Esse testemunho é corroborado por tantos admiráveis gestos escondidos, de generosidade, dedicação, fé, esperança e amor, na vida de inumeráveis irmãos e irmãs em nossas comunidades.

Por todas estas vitórias da Cruz, demos graças a Deus!

2. Grandes Desafios

A Missão de Deus nos desafia. A Igreja está no mundo e sua tarefa é ser fermento, luz e sal em meio à sociedade para que se dissipem as trevas e Cristo nos revele o Reinado de Deus.

- A realidade social, política, cultural e religiosa se acha em acelerado ritmo de mutação. Diante disto, escutamos o chamado para testemunhar a presença de Cristo no mundo.

- Sabemos também que há um consenso em toda a Igreja da necessidade de adequar nossa Constituição e Cânones à realidade que vivemos. Por isso comprometemo-nos a produzir uma profunda discussão sobre o assunto, mediante um processo que envolva todas as instâncias da Igreja, culminando num Sínodo Extraordinário Constituinte.

- Entre os muitos desafios teológicos, pastorais, canônicos e organizacionais, chamanos a atenção a questão da união de pessoas homoafetivas. Diante disso, a Câmara dos Bispos já se manifestou duas vezes, por meio de cartas pastorais, nas quais se afirmou a legitimidade, seriedade e relevância pastoral do tema. Também ao longo dos últimos anos, diversos materiais foram produzidos. O que nos falta é um processo de reflexão pastoral amplo, que envolva todas as instâncias, oferecendo a oportunidade de que o tema seja apropriado, refletido e decidido desde a base da Igreja.

3. Nossas Esperanças

Que este Sínodo seja pleno da consciência de que só cumpriremos nossa missão de mãos dadas, numa caminhada em que leigos e leigas, clérigos e clérigas, e bispos assumamos nossa responsabilidade como dispenseiros e dispenseiras da fé.

Que, além de ser uma assembleia organizacional, este Sínodo seja, sobretudo, a vivência autêntica do Corpo de Cristo, que, composto por diversos membros, ora, reflete e atua em sincronia e comunhão.

Que a Trindade Bendita nos guie e ilumine na caminhada!

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2013, A.D

Dom Maurício Andrade - *Bispo Primaz e Brasília*
Dom Naudal Alves Gomes - *Curitiba*
Dom Filadelfo Oliveira - *Rio de Janeiro*
Dom Saulo Maurício de Barros - *Belém*
Dom Renato da Cruz Raatz - *Pelotas*
Dom Francisco de Assis da Silva - *Santa Maria*
Dom Humberto Maiztegui - *Porto Alegre*
Dom Flavio Irala - *São Paulo*
Dom Clóvis Erly Rodrigues - *Emérito*
Dom Almir dos Santos - *Emérito*
Dom Jubal Pereira Neves - *Emérito*
Dom Celso Franco de Oliveira - *Emérito*
Dom Orlando Oliveira - *Emérito*
Dom Sebastião Armando Gameleira Soares - *Emérito*

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil



“A relação sexual não se realiza na sua potencialidade,

se não levar em consideração

o amor e a justiça em relação à outra pessoa”.

(I Carta Pastoral dos Bispos, 1997)

Centro de Estudos Anglicanos
Junta Nacional de Educação Teológica